

Uma Crítica dos Métodos Sindicalistas

Alfredo Maria Bonanno

1998

Conteúdo

Introdução	3
Sindicalismo Reformista Hoje: Seus Programas	8
Críticas Tradicionais ao Sindicalismo Reformista	13
Sindicalismo-Reformista e Capitalismo Antigo e Novo	19
Limitações do Sindicalismo Revolucionário	25
Limitações do Anarcossindicalismo	30
Sindicalismo e a fase pré-revolucionária	35
Organizações sindicalistas após a revolução	39
Conclusão	41

Introdução

Visto a uma distância de mais de vinte anos, este trabalho contém algumas previsões interessantes. Nada de excepcional, mas nesse assunto a capacidade de prever é essencial para a noção de ver.

No meio dos anos setenta, o mundo ainda estava ligado a formas rígidas de produtividade. Enrolado em suas novas fortalezas, o capital se defendia recorrendo aos retornos finais do antigo Taylorismo. Tentou racionalizar a produção de todas as maneiras possíveis, aplicando novas técnicas complicadas de controle no local de trabalho, reduzindo drasticamente os mecanismos de defesa que a classe trabalhadora cortou para si durante um século e meio de exploração em jogo.

De fato, os resultados não foram exatamente brilhantes. As dificuldades do capital aumentaram e continuaram a crescer até a metade dos anos oitenta. Em seguida, o levante organizacional resultante da introdução da tecnologia da informação no sistema fabril clássico levou a teorias da economia política baseadas na flexibilidade e no rompimento das grandes unidades de produção. A difusão deste último por todo o país, com o crescimento do mercado devido aos avanços no setor terciário e aos efeitos contínuos da crise petrolífera anterior, tornariam possível uma configuração completamente diferente.

No meio dos anos setenta, a classe trabalhadora, ainda uma massa monolítica em seu contraforte da fábrica, considerou as manobras do Capital (baseadas em teorias de cinquenta anos) com suspeita e começou a preparar resistência maciça no local de trabalho. Nestes dias distantes que agora desapareceram completamente, os sindicatos basearam sua força e sua própria possibilidade de sobrevivência nisso. O fato de representarem a classe mais avançada na luta contra os proprietários dos meios de produção no âmbito da esquerda Europeia (é necessário um discurso diferente no que diz respeito à URSS e aos EUA), deu aos sindicatos um peso teórico imerecido. Essa foi a situação. A extrema rigidez dos custos de produção (em primeiro lugar o do trabalho) que o Capital enfrentava deu aos representantes sindicais um ar de rebeldia que eles exploraram da melhor maneira possível.

Os anarquistas (sem entender o que haviam herdado) não foram além de alguns discursos brandos sobre reivindicações por melhores condições. Todos os membros das organizações Europeias de síntese aceitaram a ideia de representação sindical mais ou menos por unanimidade, olhando para seus camaradas Suecos, arquitetos do sucesso do SAC¹ e seus quase um milhão de membros, com admiração. Os camaradas espanhóis no exílio na França apontaram os erros trágicos da guerra civil espanhola nas reuniões da CNT, mas não tiveram coragem crítica suficiente para colocá-los no tapete em termos inequívocos.

As coisas não poderiam ter sido de outra maneira. A determinadas condições de distribuição dos meios de produção, corresponde uma determinada capacidade das forças de resistência à exploração contra a organização.

Pensamento determinista? De modo nenhum. Se você entra em um esgoto, não sente o cheiro do fedor, essa é a natureza das coisas.

Era necessário escapar da mentalidade dominante e operária dominante que predominava na metade dos anos setenta, a fim de elaborar uma análise crítica do sindicalismo, e, ao fazê-lo, não se engane que alguém possa afetar as coisas de fora simplesmente em virtude da validade do seu argumento. Basicamente, naquele momento distante, o discurso sindical-reformista era o que as pessoas queriam ouvir. Eles queriam representantes nas fábricas capazes de defender suas lutas e capazes de garantir resultados, mesmo que, na melhor das hipóteses, tudo o que foi concluído em um acordo animou-se com algumas meras ninharias e concessões que logo desapareceram com o aumento dos preços ao consumidor.

Basicamente, as ideologias Fordistas (e Tayloristas) foram uma última tentativa de conectar organicamente o Capital e o Estado, de forma a produzir um planejamento para o desenvolvimento centralizado, capaz de controlar as flutuações do mercado. Pensou-se na época, e ainda é, que qualquer aceitação das propostas do Capital pelo Estado poderia levar o proletariado a se fortalecer, então isso foi considerado um prelúdio indispensável ao salto sucessivo da grande aventura da revolução. Esse reforço veio primeiro na forma de seguridade social e, em troca, a mobilidade dos trabalhadores e a garantia de que não haveria turbulência extrema à medida que a função dos trabalhadores se tornasse a de uma nave para manter níveis de produtividade adequados.

Grandes compromissos ocorreram nos anos setenta, embora não fossem percebidos com facilidade, e o presente panfleto é uma tentativa de demonstrar esse fato. O papel de garantidor e colaborador, que

¹ S.A.C. Sveriges Arbetares Centralorganisation (tendência revolucionária anarquista sueca) União formada em 1910.

os sindicatos-reformistas sempre mantiveram como a alma suja do traidor, voltaram à tona novamente quando apoiaram a dissolução do modelo anterior de participação, tornando-se os produtores da paz social. Ciente das limitações de ver o desenvolvimento econômico como certeza determinística, o próximo passo para os sindicatos-reformistas, incapaz de frear o processo em andamento (que sentido haveria em interromper a história), mas também com um interesse real em deixar as coisas evoluírem ao extremo, aceitou o trabalho de quebrar a frente dos trabalhadores. Aqui as implicações trágicas da tese marxista de que nenhum movimento social pode se libertar de seu destino até que se realize plenamente, são expostas. No final, nada resta senão as cinzas das más intenções domesticadas sob a ostentação de uma linguagem revolucionária sem referência concreta à própria luta.

Excluídos, fragmentados, marginalizados, precários, divididos em mil perspectivas, o proletariado como uma figura de antagonismo (se já houve um tempo em que essa figura realmente teve um papel preciso no tremendo confronto para se libertar da exploração) está desaparecendo completamente da cena, deixando para trás todas as ilusões perdidas, os camaradas mortos, os ideais traídos, as bandeiras na lama.

As novas condições de produção apresentam uma heterogeneidade que seria impensável algumas décadas atrás. Participantes ativos nessa situação, os sindicatos-reformistas não perderam tempo em cumpri-la. De fato, eles se tornaram seus arquitetos e advogados, aceitando trabalhos de baixa intensidade em troca de representações que agora não passa de uma roda dentada nas rodas, e nem mesmo as principais, do mecanismo capitalista. O ciclo de trabalho está emergindo em nível mundial, além de limites e fronteiras, à medida que a revolução de baixo é superada pela reestruturação de cima.

Eu escrevi o panfleto que estou apresentando novamente agora em um clima que era tudo menos receptivo ao argumento e o publiquei em “Anarchismo”, na edição 2, para ser exato, uma revisão publicada pouco antes em 1975. Foi tomada como um soco nos olhos pelo movimento anarquista italiano. No ano seguinte, a primeira tradução para o inglês não teve uma melhor recepção.

O tempo não estava maduro. Bem e agora?

Agora está na hora. Tão madura que algumas das ideias podem parecer bastante óbvias. Mas elas não são. É importante destacar algumas das razões pelas quais uma crítica ao sindicalismo, necessariamente atualizada pelas atuais condições do confronto entre incluídos e excluídos, ainda é válida hoje.

Talvez os sindicatos-reformistas sejam mais importantes hoje do que nunca, não pelas razões que os mantiveram unidos em 1975 (e continuou a apoiá-los até a metade dos anos oitenta), mas por razões bem opostas. Se eles já apoiaram a classe trabalhadora em sua resistência, enquanto desviam o impulso revolucionário no caminho do diálogo e da recuperação contratual, agora eles apoiam o Capital para garantir a produção em uma situação de mobilidade generalizada da força de trabalho. A função do sindicato-reformista hoje é garantir que a massa de produtores seja móvel, participando dos movimentos dos produtores em cada setor, a fim de fornecer mão de obra com base na demanda. Isso significa interferência sindical-reformista em subidas e descidas. Subir, nos acordos com a Capital e o Estado, tanto para Contratos como para manter o desemprego abaixo do nível de perigo; Descer, na organização de reivindicações, desejos, sonhos e até necessidades daqueles ainda vinculados a um salário digno (não faz diferença se esse salário corresponde à produtividade real no sentido tradicional).

Assim, quase imperceptivelmente (e os anarquistas, como sempre, fizeram o possível para não ver o fenômeno, exceto em seus aspectos marginais), isso levou a um conceito mais avançado de resistência na base, o dos *Cobas*. Meu Deus, nada de excepcional, mas ainda era uma indicação. O objetivo ainda era o de reivindicar melhores condições, mas aqui foi dada atenção aos métodos, ou seja, enfatizou a importância dos meios utilizados para alcançar determinados objetivos. Não sei se a palavra “sabotagem” já foi pronunciada nas reuniões dessas pessoas, mas certamente a distância que separa essas Estruturas básicas dos sindicatos-reformistas foi marcada precisamente por este problema: atacar o Capital para despertá-lo para uma melhor compreensão ou simplesmente marcar a diferença com barganhas mais avançadas? Não há dúvida, como eu disse em mais de uma ocasião, que a diferença radical é sempre marcada pelo abandono dos métodos de resistência e pela mudança para métodos de ataque.

A primeira condição é necessária para efetivar esses métodos de ataque (além das reivindicações, que ainda podem ser aprimoradas) não delegar a tomada de decisão da luta a sindicatos-reformistas ou representantes sindicalistas; o conflito deve ser permanente. Nenhuma organização de base (*Cobas* ou outra) aceita completamente esta tese, que é essencial para qualquer mudança real nos métodos.

Mas o problema não termina aí. Ao contrário do que aconteceu na metade dos anos setenta, hoje está claro que o Capital partiu no caminho sem volta. A tecnologia da informação levou à ruptura definitiva da classe trabalhadora. Isso também é visível com o desaparecimento dos grandes complexos industriais, que frequentemente estavam estrategicamente localizados em áreas subdesenvolvidas (as catadrais no deserto). Estes estão agora a desmoronar e a espalhar-se por todo o país, à medida que a fragmentação se torna ainda mais profunda, diria mais íntima. Ela penetrou na consciência proletária a ponto de torná-la bem disposta, maleável e aberta a todas as perspectivas sugeridas pelos sindicatos-reformistas em benefício do Capital.

O novo produtor que emergiu dessa convulsão na constituição capitalista tradicional é deixado para si. Ele não tem mais consciência de classe, não vê a esquina e é incitado a participar de uma falsa conflitualidade nas várias etapas da produção. Ele recebe incentivos para pressioná-lo a agir como policial ou espião em relação a qualquer comportamento improdutivo de seus ex-colegas de trabalho. Ele não tem mais nenhum controle sobre as ferramentas de trabalho que nunca lhe pertenceram e que ele queria assumir (agora quase todas virtualizadas pela tecnologia de computador). Ele não sonha mais com um mundo livre do trabalho forçado, um mundo onde os meios de produção, finalmente expropriados do chefe, criariam a base para uma vida feliz em bem-estar comum e coletivo. Ele passa, tomando cuidado para não ser jogado fora da rodada de flexibilidade: hoje soldado; amanhã jardineiro, depois cozeiro, padeiro; e, finalmente, zelador. Ele sobrevive, esperando nada melhor do que um salário, qualquer salário que seja; para sua prole, em uma perspectiva de degeneração cultural, ele nem está ciente dos sonhos do passado; os sonhos da revolução, a destruição final de toda exploração e poder; terminaram. A morte atingiu agora o coração, a morte e a sobrevivência.

Hoje, se queremos avançar em um momento em que quase tudo que precisa ser feito terá que ser alterado de cima para baixo, à medida que a névoa invisível do golpe tecnológico se instala na humanidade, é indispensável livrar-se do obstáculo do sindicato-reformista ou da mentalidade sindicalista. E este texto, que marcou a suspeita dos sindicatos, todos os sindicatos, incluindo os chamados anarquistas, tornou-se tópico novamente.

Alfredo M. Bonanno

Catânia, 6 de janeiro de 1998

Os trabalhadores estão desiludidos com as organizações sindicais-reformistas, mas ainda um curioso resíduo do que poderíamos definir como uma ordem reformista ou ideologia sindicalista ainda persiste hoje.

As raízes dessa desconfiança podem ser encontradas nos próprios eventos. O abandono da greve, o desenvolvimento de uma mentalidade corporativa e a renúncia à luta transformaram os sindicatos-reformistas em um instrumento maleável nas bandas dos empregadores. Pelo contrário, o defeito em perspectiva, a falta de análises e a atitude operária têm sido a causa da persistência do sindicalismo-reformista ou ideologia sindicalista entre muitos camaradas.

Em nossa opinião, é hora de fazer todos os esforços para esclarecer alguns pontos essenciais para que os camaradas anarquistas entendam que não basta se declarar “anarco-sindicalista” para estar “dentro da realidade da luta dos trabalhadores”. Devemos conhecer e entender o que é realmente revolucionário, não apenas no sindicalismo-reformista, mas também no revolucionário e no anarco-sindicalismo. Desse modo, poderemos ver que as fórmulas agora desprovidas de qualquer significado servem apenas para encobrir a ineptidão de certos esforços, não por falta de boa vontade ou capacidade revolucionária, mas devido a erro de perspectiva e ignorância das limitações de tais instrumentos.

Tentaremos demonstrar que as limitações do sindicalismo-reformista e do sindicalismo não são determinadas apenas por uma degeneração da estrutura (relacionada ao aumento de tarefas e ao número de adeptos), mas são uma consequência da maneira como estes se relacionam com o capitalismo. Veremos esse problema à luz dos objetivos dos sindicatos hoje, em relação às críticas tradicionais ao sindicalismo-reformista e às diferentes maneiras em que o problema é apresentado em relação às mudanças na administração capitalista. Analisaremos então as limitações do revolucionário e anarco-sindicalismo e apontaremos alguns dos defeitos inerentes a esse tipo de solução.

Terminaremos com uma crítica que consideramos destrutiva do sindicalismo como é hoje, uma crítica que visa mostrar que o uso da ação direta pelos núcleos de base no nível da produção é impossível na dimensão dos sindicatos-reformistas ou organizações sindicais. Não apenas as consequências de tal impossibilidade serão muito graves em tempos de revolução, mas também terão aspectos sérios na fase pré-revolucionária.

Mantemos que a tarefa fundamental dos trabalhadores é destruir o sistema de exploração e criar as bases para uma organização de produção que parte do homem. Naturalmente, para fazer isso, é preciso sobreviver, e para sobreviver é necessário arrebatar o que é necessário da ganância capitalista. Mas isso deve obscurecer ou tornar secundária a luta pela abolição da exploração.

Sindicalismo Reformista Hoje: Seus Programas

Isso poderia ser resumido como colaboração com as estruturas do capitalismo. Não devemos ver nada de estranho nisso. Dado que o trabalho dos sindicatos é reivindicar melhores condições, para isso, eles devem primeiro salvar a vida e aumentar a eficiência da contraparte, caso contrário os termos concretos das reivindicações estariam ausentes e, com eles, a própria razão dos sindicatos para existir.

“A proposta política do oitavo congresso da C.G.I.L. expressa-se na adoção de um programa de desenvolvimento econômico e social e transformação política para garantir que o país empregue plenamente seus recursos; uma fase de um renovado impulso na energia produtiva e moral, um empreendimento que não se baseia mais no sacrifício e na superexploração das massas”. (C.G.I.L.²)

Isso é algo que os capitalistas poderiam subscrever, é claro, seu único defeito é que não é realista. Não tanto porque os capitalistas (ruins, feios) não querem isso, mas porque é impossível. O desenvolvimento econômico e social só pode ocorrer (em um sistema capitalista de produção) através de uma exploração mais intensa do trabalhador. Qualquer alternativa a isso ainda está para ser encontrada pelos economistas burgueses, que vêm fazendo o máximo de Keynes em diante, e os sindicatos-reformistas sabem disso muito bem.

“Sabemos bem que dois fatores atuam nos preços. Um é de caráter externo, refletido no exterior, especialmente nos países com os quais mantemos relações financeiras. O outro é composto por manobras monetárias e preços operados neste país pelos empregadores e pelo governo diretamente.

Não fomos capazes de agir efetivamente com relação ao que nos afeta do exterior. O que nos impressiona é a indiferença com a qual empregadores e governo operam em um setor triplo: a) obrigar os trabalhadores a pagar as consequências da crise através de aumentos de preços e desvalorização monetária; b) recuperar força, ainda com a manobra precedente, através de aumentos de salários e pensões que os trabalhadores conseguem obter através de uma árdua luta; c) apontar para os trabalhadores e suas reivindicações como causa da crise e aumento do custo de vida”. (C.G.I.L.)

Mesmo nesta afirmação (aparentemente tão concreta), há uma sombra de algo não dito. O fenômeno dos aumentos de preços é inerente à economia capitalista, dela obtém grandes benefícios em sua fase de crescimento, apenas para sentir todas as consequências posteriormente. Persistência na poupança, incapacidade de selecionar investimentos essenciais e abertura necessária ao consumismo (onde os sindicatos-reformistas colaboraram para a inclusão dos trabalhadores), se não fosse por tudo isso o presente. A crise teria ocorrido muito antes (a partir do final dos anos cinquenta). Os aumentos de preços são um fenômeno necessário, e não acidental, do capitalismo. Eles não devem ter administração ou um período desfavorável (a crise do petróleo deve ser examinada mais de perto neste sentido) nem se deve a uma manobra monetária para o prazer de imprimir notas. Eles são intrínsecos ao sistema capitalista. Os sindicatos-reformistas, sendo parceiros do capitalismo, não se arrependem disso, mas do fato de que seus cúmplices os culpam por algo que colaboraram na determinação em conjunto.

No nível lógico-econômico, as propostas do sindicato para alcançar a estabilidade monetária são do mesmo valor que as acusações do capital de que os sindicatos-reformistas são a causa da crise; demagogia pura.

“Na esfera agrícola, isso significa reverter radicalmente a política seguida até agora, que levou à atual situação ruínosa, apesar das importantes medidas financeiras tomadas. A propriedade ausente do proprietário, a renda não obtida e as relações contratuais arcaicas não são mais toleráveis. É inadmissível que vastas extensões de terra não sejam cultivadas, a fim de concentrar a produção em algumas das chamadas empresas de primeira classe, enquanto grandes massas de trabalhadores estão desempregadas, forçadas a emigrar ou a viver na

² C.G.I.L. *Confederazione Generale italiana del Lavoro* (Federação Geral dos Trabalhadores Italianos), sindicato de esquerda, dominado pelo Partido Comunista, com uma minoria socialista.

miséria, enquanto gastamos milhões em importações de alimentos e danos causados pelas inundações. Recursos financeiros consideráveis precisam ser investidos na agricultura para: a) investimento relacionado aos recursos da terra, abastecimento de água, plantio de árvores e sistema hidrogeológico; b) investimento indireto e facilidades de crédito para a transformação de métodos de abanamento e orientação de culturas relacionadas ao desenvolvimento regional; c) a expansão do setor técnico-zoológico; cultivo de frutas e vinho, a melhoria do cultivo de beterraba, o cultivo de azeitona e tabaco; d) medidas a favor de associações e cooperativas de trabalhadores rurais e reformas de linhas de crédito; e) Iniciativa do Estado na elaboração e distribuição industrial de produtos agrícolas; f) um programa de intervenção pública no campo da importação de alimentos”. (C.G.I.L.)

O que está sendo solicitado é um esquema de desenvolvimento compensado para a indústria e a agricultura, a fim de eliminar o desequilíbrio no sistema. O desperdício inútil no setor agrícola leva a um aumento incrível das importações e o crescimento da imigração do país. O capitalismo valorizaria esse plano de expansão, se pudesse, seu único defeito é ser utópico. Não está claro o que eles querem fazer – incentivar o pequeno proprietário (às custas dos grandes proprietários de terras) ou apoiar a reestruturação das principais indústrias agrícolas por meio de uma intervenção estatal maciça. A primeira alternativa entraria em conflito com uma realidade econômica europeia que não tem espaço para indústrias marginais. A segunda levaria a uma expansão da industrialização agrícola e um conseqüente crescimento da classe trabalhadora agrícola que não seria nada agradável aos paladares dos capitalistas. Os patrões sabem que a criação de pequenas fazendas não resolveria o problema do suprimento agrícola, enquanto a formação de uma rede de grandes fazendas no setor derrotaria a possibilidade tradicional de controle por meio do patrocínio rural. Os sindicatos percebem que uma luta por pequenas propriedades (ocupação de terras não cultivadas) recuperaria a confiança dos camponeses, mas prefeririam concorrer a uma situação de classe mais homogênea, como a de uma classe trabalhadora agrícola, dada a dificuldade de controlar a primeira. Estranhamente, interesses que parecem contrastar tornam-se compatíveis: eles falam de associações de camponeses, mas têm em mente as cooperativas em Emília dirigidas pelo Partido Comunista; eles falam de expropriação de terras não cultivadas, mas têm em mente a luta pelas ocupações de terra relançadas pelo Partido Comunista após a guerra.

Com efeito, o que o sindicato deseja, na sua perspectiva de expansão progressiva do poder, é direcionar a economia nacional para algum tipo de centralismo. Aqui está o que o C.G.I.L. diz a respeito de seu relacionamento com os órgãos controlados pelo Estado.

“Certamente não apoiamos a ideia de quem afirma que os sindicatos-reformistas devem permanecer fora dos órgãos administrativos do Estado, porque estes apenas dizem respeito a forças políticas. Quem pensa que não entende a nova realidade dos sindicatos-reformistas. Seu papel não pode se restringir à fábrica, mas também deve se desenvolver em toda a sociedade, não como cão de guarda da estrutura social e econômica, mas como combatente e força ativa na modificação da própria estrutura para o desenvolvimento do progresso social e econômico. Mas a participação em organismos estatais no nível de corresponsabilidade sem capacidade de ação também não seria aceitável para nós”. (C.G.I.L.)

O poder que afirma reivindicar é claro aqui: agir sobre as alavancas do sub-governo porque, indiretamente, significa dar cada vez mais espaço aos sindicatos-reformistas no governo do país.

E a base? Que relação o sindicato desenvolve com eles? Como eles estão envolvidos nessas decisões? Como as decisões como a participação na gestão econômica dos órgãos controlados pelo Estado são filtradas de cima e quais as conseqüências que essas decisões têm sobre os trabalhadores?

“Os líderes sindicais devem ser constantemente apoiados pela fé dos representados e devem ser capazes de transformar essa fé em uma força criativa’ (G.Ramal, ministro espanhol das Trade Union Relações. Declaração de 1971). Como podemos ver, o problema não é diferente no caso do fascismo espanhol [escrito em 1975]. O líder sindical é o mediador que deve criar as condições para que a administração capitalista possa proceder da melhor maneira possível.

É nesse sentido que o problema para os sindicatos é mais sensível é o da reorganização. Dentro das fábricas, os conselhos das fábricas (administrados pelos sindicatos-reformistas, é claro) estão substituindo as antigas comissões internas, e do lado de fora há uma perspectiva de vínculos estreitos entre fábrica e sociedade. Dessa maneira, estão surgindo associações habitacionais, um experimento em estruturas externas à fábrica, com o objetivo de garantir a presença dos sindicatos-reformistas em empreendimentos que, de outra forma, poderiam desenvolver uma autonomia perigosa.

Aqui a competição entre os vários sindicatos-reformistas passa para o segundo lugar: o que conta é ter poder. O que encontramos no centro do problema de delegação é a preparação para a grande tarefa de dominação de amanhã.

Devemos, com coragem, apresentar novos quadros gerenciais, especialmente trabalhadores e agricultores”. (C.G.I.L.)

A figura do delegado é essencial para o sindicato. Mudando o relacionamento, a mentira poderia ser comparada à figura do funcionário público dentro da estrutura do capitalismo. Por um lado, o funcionário garante o controle da produção, por outro, garante os requisitos da ciência e do Estado. O delegado faz algo semelhante. Por um lado, ele garante a persistência da gestão sindical na dimensão do chão de fábrica – uma dimensão que poderia muito bem, e em muitos casos, se encontra em contraste com o que o sindicato considera necessário. Por outro, apazigua a preocupação dos capitalistas de ter que lidar com uma massa tumultuada e contraditória que é incapaz de usar a linguagem dos iniciados e que pode passar facilmente para a ação viva. Aqui está o que o professor Carerlynck (professor da Faculdade de Direito de Paris) escreve em sua introdução ao Estatuto dos Delegados e Membros do Comitê da Fábrica (1964), um texto fundamental do sindicato francês, o C.G.T.³;

“O ponto de conflito que a fábrica constitui não pode ser equilibrado em lei por meio de discussões organizadas e impostas entre funcionários e gerência, mas através de uma estreita articulação entre esse pessoal e os sindicatos, estendendo assim seu direito de ação dentro da fábrica. Existe o monopólio da lista de candidatos apresentada pelas organizações sindicais mais importantes, controle permanente com possibilidade de retirada durante o mandato, participação de um representante do sindicato nas sessões do comitê da fábrica e nas reuniões dos delegados do pessoal: em resumo, os acordos da fábrica com os representantes do sindicato e não com os funcionários.

O contraste de interesses entre empregadores e trabalhadores é algo que não pode ser mascarado pela criação de organizações comuns. Sem dúvida, essa oposição às vezes é violenta, mas não exclui o diálogo. Pelo contrário; o local de encontro diário de trabalhadores e empregadores continua sendo a fábrica, daí a necessidade absoluta de um representante de pessoal vinculado aos sindicatos. Durante as greves, os trabalhadores quase sempre nomeiam espontaneamente alguns dentre eles para apresentar suas reivindicações à gerência ... mas a ausência de um mandato permanente significa que isso não é considerado delegação de trabalhadores legais, embora em um estágio inicial. Eleições com cargos permanentes ainda não são suficientes para constituir uma verdadeira delegação de trabalhadores; os delegados devem ser reconhecidos como tal pelos funcionários dentro da estrutura da fábrica”.

Mas as coisas são bem diferentes na realidade. Os trabalhadores suspeitam dos sindicatos. Eles se juntam a eles porque pensam que serão apoiados se forem demitidos ou se tiverem uma briga com o capataz e porque pensam que estão genericamente “sob proteção”. A maneira como os sindicatos usam a greve demonstra o papel absurdo que eles se reduziram a desempenhar. A mais recente comédia é a que eles estão representando nas comissões de desemprego.

³ C.G.T. *Confédération Generale du Travail* (Confederação Geral do Trabalho), França, aderentes de um amplo espectro e, em alguns casos, não político, mas nas mãos de uma liderança Stalinista.

“A questão das comissões de desemprego deve ser completamente reexaminada. Falhamos em fazer com que as comissões funcionassem como instrumentos propulsores não apenas na luta pelo trabalho, mas também em qualquer outro aspecto do problema, como a estrutura e a função árida do trabalho agrícola (inexistência de escritórios em muitas áreas e as últimas não abertas à noite, o que significaria, se a lei fosse observada, não apenas a perda de tempo para o empregador, mas, sobretudo, a perda de dias úteis para os trabalhadores agrícolas).

Isso não significa voltar ao mercado. No entanto, devemos resolver o problema. Não podemos assumir responsabilidades que não são da nossa conta. Não podemos ser gerentes de desemprego, por um lado, e o para-brisa de uma estrutura burocrática que não deseja reformar e enfrentar as necessidades do momento, por outro, salvando a cara, descarregando os protestos legítimos dos trabalhadores nos sindicatos, em vez daqueles realmente responsáveis por esse estado de coisas”. (C.G.I.L.)

É sempre a mesma história: não devemos incomodar os chefes com problemas estúpidos, mas não devemos encenar a comédia de maneira indisfarçável. Não devemos deixar que o trabalhador veja nossa ineficiência e suprema concordância com a vontade dos patrões; esse é o cerne da história das comissões de desemprego.

Por sua vez, trabalhadores e camponeses têm ideias bastante claras sobre as limitações dos sindicatos. “A indiferença em relação ao sindicato é tal que eles têm dificuldade em encontrar trabalhadores preparados para se tornarem candidatos à delegação. Muitas vezes, o delegado não é eleito – o que levaria a acreditar que deve haver um determinado número de reclamantes equivalente aos cargos vagos – porque, de fato, vários postos de delegados ficam vagos após um curto período de tempo, quando os eleitos entregam sua demissão assim que as eleições terminam”. (Andrieux Lignon, *L’Ouvrier d’aujourd’hui*, Paris 1960).

Por outro lado, o sistema está tão integrado hoje que é capaz de fazer melhor do que os próprios sindicatos às vezes.

“Muitas vezes ... nos reunimos em uma das salas do sindicato para discutir problemas levantados pelos trabalhadores. Certa vez, consegui marcar uma reunião com a gerência para o dia seguinte, mas o problema já havia sido resolvido e o sindicato não recebeu nenhum crédito por ter encerrado favoravelmente a disputa, tornando-se uma batalha entre lealdades. A fábrica agora oferece aos trabalhadores tudo pelo que lutamos. O que precisamos é encontrar as coisas que o trabalhador deseja, mas o chefe não dá. Nós estamos procurando por isso (*United Automobile Workers — U.S.A.*). E assim, para encerrar esta discussão sobre colaboração, pagamento como é devido: ‘Mais uma vez, dizemos aos camaradas do F.O. e a C.F.T.C.: ‘Não achamos que o governo dê muito às organizações sindicais, mas muito pouco. Insistimos que o Estado pague corretamente suas obrigações ao movimento sindical’”. (*L’Humanité*, June, 1964).

Críticas Tradicionais ao Sindicalismo Reformista

Isso pode ser resumido como mostrando as limitações no desenvolvimento dos sindicatos. Estes últimos eram, de fato, bonitos contra a exploração dos trabalhadores pelos capitalistas, ou seja, nasceram em uma situação histórica objetiva que evoluiu com o tempo, então também houve uma evolução na estrutura de suas tarefas.

Uma concentração monopolista de capital e uma concentração sindical de trabalho acabam se opondo, sem que haja vantagem. O conflito nunca foi resolvido e todo atraso é para o benefício da classe exploradora, que é capaz de continuar sua exploração mesmo depois que as razões objetivas para fazê-lo não mais existam.

Em si mesma, essa crítica não é equivocada. Mas geralmente é usado de forma equivocada, de acordo com os interesses políticos que motivam o analista. Ao colocar a crítica dos sindicatos-reformistas em relevo, tocamos, talvez involuntariamente, as diferenças objetivas existentes entre as várias confederações da Itália hoje. No entanto, aprofundar essas diferenças nos levaria muito longe do nosso problema. Se o C.G.I.L. apresentou-se no congresso de julho de 1973 como um sindicato “exigente”, que apresenta reivindicações, às vezes até apresentando um desafio, durante este congresso, eles resolveram “colaborar no crescimento da produção e falhar no emprego dos recursos disponíveis” (Luciano Lama, *L’Unità*, 29 de julho de 1973). No que diz respeito à C.I.S.L.⁴ preocupa-se, sua atitude de persistir em seus confrontos com a C.G.I.L., seus vínculos com os Democratas-Cristãos e seu colaboracionismo não podem deixar margem para dúvidas. Aqui está uma crítica à C.G.I.L. feita pela CISL: “*O objetivo da C.G.I.L. não é manter reivindicações dentro dos limites do aparato econômico, mas, pelo contrário, eles estão interessados em forçar a situação além do ponto de equilíbrio, com o objetivo de enfraquecê-la e colocar as forças políticas em dificuldade e, se possível, em crise*”. (E. Parri).

Nos últimos anos [1970], um certo endurecimento da linha política da C.I.S.L. pode ser observado até um certo ponto, particularmente na questão de uma possível fusão entre as três grandes federações, daí a disputa com a Direita da C.I.S.L.

Menos importante do aspecto contratual é a U.I.L.⁵ que se considera a terceira força entre o autoritarismo do C.G.I.L. e a C.I.S.L. pró-governo. Nenhuma menção precisa ser feita aqui à união declaradamente fascista, a (CISNAL⁶).

Como podemos ver, existem diferenças consideráveis nas perspectivas e níveis de intervenção nas fileiras sindicais, mas à luz dos eventos, todos compartilham a mesma lógica: o pecado da colaboração. Seja na neblina do autoritarismo Marxista ou do possibilismo Cristão, os sindicatos não podem escapar de sua verdadeira vocação, a de um papel cada vez mais ativo na administração do Estado e na exploração dos trabalhadores. Vamos pegar Gramsci, por exemplo. Ele escreve: “*A história demonstrou que a resistência puramente corporativa pode ser, e de fato é, a plataforma mais útil para a organização das grandes massas. Isso, em um determinado momento em que agrada ao capitalismo, (que possui no Estado e na Guarda Branca um instrumento muito forte de coerção industrial) também pode aparecer como um fantasma inconsistente. A organização subsiste, o proletariado não perde seu espírito de classe, mas a organização e o espírito de classe se expressam em uma multiplicidade de formas em torno do partido político que os trabalhadores reconhecem como seus. A pura resistência corporativa se torna pura resistência política*”.

A conclusão da crítica de Gramsci é o partido dos trabalhadores, ou seja, o Partido Comunista. A luta não pode ser continuada em um nível estrutural, levando a uma transposição para a superestrutural. Um projeto marxista como outro qualquer, que não nos interessa aqui. O que importa é que essa crítica ao sindicalismo-reformista é uma crítica autoritária que apoia a ideologia do partido dirigente; Hoje, uma crítica às estruturas sindicais do comércio é feita pelos sindicalistas revolucionários. O sindicato é acusado de se tornar burocrático e sedento de poder. “*Na Internacional não pode haver problema de corrupção venal porque a Associação é muito pobre ... Mas há outro tipo de corrupção da qual, infelizmente, a Associação Internacional não pode escapar: a da vaidade e da ambição*”. (Bakunin)

⁴ C.I.S.L. *Confederation Italiana Sindacati Lavoratori* (Confederação Italiana dos Sindicatos dos Trabalhadores), dominada pela Democrazia Cristiana.

⁵ U.I.L. *Unione Italiana Lavoratore* (União Italiana dos Trabalhadores), a menor das três maiores federações, dominada pelos socialistas.

⁶ C.I.S.N.A.L. Quarta confederação após a C.G.I.L., C.I.S.L. e a U.I.L. Tem uma afinidade publicamente aclamada com o partido de direita nacional neofascista, o M.S.I.

De fato, o crescimento quantitativo na estrutura sindical abre horizontes de poder (ou vaidade, como Bakunin mencionou) que eram impensáveis no início das lutas sindicais, mas que, como veremos adiante, talvez fossem credíveis até então. A teoria que substitui o mito de Sorel é a expressa por Maurice Jouhaux (Federação Anarquista Francesa): *“A ação revolucionária consiste em realizar o número máximo de realizações, não em reforma, mas em transformação social ... Não apenas porque isso significa uma melhoria imediata nas condições dos trabalhadores, mas também porque essas realizações contêm a possibilidade de progresso social, educação e elevação intelectual, porque são um passo em direção à revolução, uma vitória sobre as forças do passado”*.

Se a crítica Gramsciana levou ao Partido como uma solução, a crítica sindicalista revolucionária, herdeira de Pelloutier e Delesalle, acaba no próprio sindicalismo. A presunção de eficiência cai e apenas a ideologia sindicalista permanece: o embrião de um Estado dentro do Estado burguês. Eles não entenderão que a organização sindicalista, como o partido político, não pode levar à revolução social, embora possa determinar condições revolucionárias paralelas ao desenvolvimento de outras condições), assim como o capitalismo (através de seu próprio processo de exploração). No dia seguinte da revolução, se realmente quisermos que seja assim, não haverá organização partidária ou sindicalista, assim como não haverá capitalismo. As estruturas do futuro serão simplesmente federações econômicas, e não políticas, de organizações de base; caso contrário, o trabalho terá que começar de novo.

Aqui outra crítica (indiretamente contida na burocratização) cai: a crítica da eficiência sindical. Os burocratas são acusados de se opor à pressão da base porque estes se movem em uma certa direção, geralmente a de usar formas mais duras de luta (como a greve dos gatos selvagens) e ação direta. Esse fato pode ser facilmente comprovado. O escritor presente teve pessoalmente colisões e observou outros com a ‘polícia sindical’ durante as manifestações – colisões de tal brutalidade (e estupidez) que fazem inveja a polícia de choque mais bélica (e estúpida). De qualquer forma, o que deve ser observado é que a ineficiência da gerência sindical não se deve simplesmente a uma visão equivocada da parte deles, mas é uma de suas características essenciais. Mesmo uma ação direta, se realizada dentro da dimensão do sindicato – imaginar ao extremo – perderia seu significado e acabaria sendo presa fácil da ineficiência típica da estrutura em questão. Vejamos alguns exemplos:

“Entendemos perfeitamente a repulsa da massa de jovens ávidos por justiça, honra e pureza como consequência da decadência do regime e tudo o que ele representa em escândalo, pecado, pornografia e até criminalidade.

«Estamos testemunhando um verdadeiro influxo de perversão, corrupção e amoralidade. Nada escapa, seja na imprensa, na literatura ou no cinema. «Em certos círculos, a liberdade criativa passa a ser confundida com decadência intelectual. Talvez sejamos acusados de puritanismo, pouco importa – mas há muito tempo aqueles que ainda estão apegados à moral, os valores culturais e humanos têm se levantado sem distinção, na opinião política ou na fé religiosa, a fim de mantê-los”. (G. Seguy, 6 de setembro de 1973)

Sabemos pelos escritos de tantos santos padres como as necessidades revolucionárias reconhecidas do povo são desviadas para a defesa de valores morais abstratos. Sabemos que esses argumentos são todos iguais, sejam eles da inquisição, fascismo, presidente do sindicato industrial ou dos mais representativos dos sindicatos Franceses de hoje, o poderoso CG.T.

A preocupação dos líderes sindicais de não comprometer as relações com a contraparte é sempre evidente. Por exemplo, vimos nas lamentações acima sobre o mau funcionamento das comissões de emprego que um dos pontos sobre os quais os sindicatos se queixavam era que eles perdiam tempo para os empregadores.

“O desenvolvimento, ou melhor, a degeneração das estruturas sindicais modernas em todo o mundo, têm um aspecto em comum: sua reconciliação e fusão com o Estado.

Esse processo é característico de todos os sindicatos, sejam eles neutros, social-democratas, comunistas ou anarquistas. Isso por si só mostra que a tendência de se fundir com o Estado não é inerente a uma doutrina em particular, mas é resultado das condições sociais comuns a todos os sindicatos e organizações sindicalistas”. (L. Trotsky)

Esta afirmação está correta, mesmo que veja a parte como uma solução. Não é uma questão de ineficiência, mas de colaboração. O sindicato não passa de um serviço público e, como tal, pode diferir em eficiência de acordo com o funcionamento de sua burocracia, mas não pode desenvolver outras perspectivas, muito menos revolucionárias. É interessante ver como funcionam os mecanismos para travar a base dos trabalhadores. Aqui está, por exemplo, o que Daniel Mothe escreve no *Socialisme ou Barbarie* (no 13) sobre a greve na fábrica da Renault em agosto de 1953.

“Quatro meses antes, a tática do sindicato era a de repetidos ataques. Isso atingiu um pico no momento da greve na Seção 74, causando o bloqueio de toda a indústria. Os trabalhadores estavam preparados para agir, mas com a condição de que sua ação não se restringisse a uma ou duas seções. Eles queriam uma greve geral ou nada. Eles tomaram a iniciativa, acreditando que as outras seções os seguiriam. Somente quando perceberam não apenas que não havia seguidores, mas que os sindicatos estavam fazendo todo o possível para isolá-los, eles rejeitaram a greve. Durante anos, os métodos de luta utilizados pelos sindicatos foram funcionais. Suspensões limitadas a meio dia; uma hora, meia hora ou mesmo um quarto de hora, petições em massa ou uma delegação de um punhado de homens para comparecer perante o chefe da seção. No mês de agosto, os trabalhadores perceberam que teriam que parar tudo se quisessem que seus salários fossem reconsiderados. Mas mesmo lá os sindicatos se opuseram e tentaram manter a greve dentro de uma estrutura legal. «Em uma assembleia geral, os trabalhadores votaram a favor de uma proposta de enviar uma delegação ao Ministério. Mais uma vez, os sindicatos assumiram a tarefa de formar a delegação, limitando-a a poucos trabalhadores. Nenhuma demonstração em massa poderia ser permitida por uma burocracia sem nenhum interesse em ver um movimento ultrapassar os limites de seus próprios Objetivos”.

Esse tipo de ineficiência operacional pode ser definido como procrastinação. Não é um dos objetivos do sindicato radicalizar a luta: as consequências positivas ou negativas seriam pagas pelos burocratas sindicais em primeira pessoa. Sua ineficiência é um reflexo, contém um colaboracionismo inato, uma elefantíase congênita.

Mas existe outro tipo de ineficiência; o do ‘silêncio’, da restrição de informações. Como a classificação e o arquivo são mantidos longe de qualquer controle de informações, o mecanismo é bastante simples. Voltemos à análise de Mothe.

“O primeiro meio de opor-se à ação espontânea dos trabalhadores é o de não dar instruções: permanecendo em silêncio. Esse silêncio é ainda mais fácil, pois as publicações das fábricas estão nas mãos dos burocratas sindicais. Os trabalhadores não têm controle sobre eles, qualquer que seja.

Muitas vezes acontece que os trabalhadores que estão preparados para entrar em greve mudam de ideia porque percebem que não serão apoiados pelos sindicatos. Se essa forma de passividade não for suficiente para atenuar a vontade dos trabalhadores, eles espalham o derrotismo ou desmoralizam os combativos. Os métodos da burocracia sindical não são muito diferentes dos chefes.

Acima de tudo, significa dividir. Suspeita e desconfiança se espalham entre os trabalhadores. ‘Você entrará em greve, mas outros não o seguirão, mesmo que eles digam que o farão. Eles vão te abandonar no meio disso’.

Eles lançam suspeitas sobre os mais combativos entre eles. ‘Você é a favor da greve porque não tem filhos para alimentar’. Eles acusam aqueles que querem entrar em greve de não o terem feito no passado.

Eles tentam dissuadir aqueles a favor da greve com argumentos políticos. Eles fornecem informações falsas sobre a situação em outros setores e acreditam que os trabalhadores não estão de acordo”.

Existem várias maneiras de qualificar esse comportamento. Não pretendemos fazer uma lista deles. Não estamos surpresos com os métodos usados para travar a base – pelo contrário, ficamos surpresos ao encontrar pessoas que ainda acreditam que os sindicatos estão de boa fé. O problema não é tanto como fazer os trabalhadores entenderem os defeitos dos sindicatos, como o estudo significa contrastar esses defeitos com o objetivo de criar uma ofensiva entre eles. Agora, o problema é o de construir uma estrutura de trabalhadores eficiente, baseada em ação direta, em outra direção; de uma base saudável, longe dos sindicatos e organizada horizontalmente.

O que os trabalhadores podem realmente fazer dentro dos sindicatos? Não são apenas organizações centralizadas, mas apenas os delegados da fábrica têm o direito de circular e se informar, e sabemos que os representantes representam a estrutura do sindicato, não a base. É uma manobra característica do sindicato chorar sua força aos ventos quando eles tentam convencer os trabalhadores a se unirem, mas essa mesma força é passada como sendo incapaz de coesão e luta quando a liderança se volta contra a base dos trabalhadores. Outra crítica tradicional dos sindicatos é aquela que alguns anarquistas usam contra a tendência anarco-sindicalista que apoiava incondicionalmente o sindicalismo revolucionário sem tentar ver as limitações e contradições perigosas do sindicalismo-reformista e sindicalismo em geral.

Talvez um dos debates mais claros sobre esse problema seja o que ocorreu entre Monatte e Malatesta no Congresso de Amsterdã em 1907. Monatte apoia um programa em que o sindicalismo e o anarquismo se complementam *“na tarefa diária de reivindicar melhores condições, o sindicalismo coordena a força dos trabalhadores e o crescimento em seu bem-estar, obtendo melhorias imediatas ... preparando-se para sua completa emancipação que é impossível sem a expropriação de capital”*. (Monatte)

Malatesta, com uma clareza fundamental sobre o problema, diz: *“A sindicalização pode ser aceita como um meio, não como um fim. Mesmo a greve geral, que para o sindicalismo é sinônimo de revolução, não pode ser considerada senão um meio”*.

No mesmo ano, ele escreveu em *Les Temps Nouveau*: *“Apesar das declarações de seu sindicalismo partidário mais ardente, contém por sua própria natureza todos os elementos de degeneração que corromperam o movimento dos trabalhadores no passado. De fato, sendo um movimento que se propõe a defender os interesses dos trabalhadores, deve necessariamente se adaptar às condições dos dias atuais”*.

Como veremos adiante, a posição de Malatesta é radical, mas não concordamos completamente com ele. Não há dúvida de que o sindicalismo não é um fim em si mesmo, mas o fato de poder ser considerado um meio deve implicar um meio para preparar a revolução, não para continuar a exploração, ou pior ainda, preparar a contrarrevolução. Esse é o problema. O problema do sindicalismo-reformista e do sindicalismo é um problema político de poder igual ao de qualquer outra organização que esteja em concorrência com o Estado. A dinâmica dessa organização às vezes assume características particulares que dificultam a visualização das contradições na superfície, mas isso não muda sua essência real.

“É essencial, portanto, que o trabalhador faça conquistas na sociedade e na fábrica, a fim de provocar a transformação social necessária; Por sua vez, o sindicato é obrigado a aceitar o fardo dessa necessidade não apenas para os trabalhadores, mas também para as massas populares, bem como para as demandas mais gerais do desenvolvimento econômico, civil e democrático de todo o país”. (C.G.I.L.)

Para o C.G.I.L. não é uma questão de descoberta, mas o desenvolvimento lógico de toda uma tradição política que sempre viu essa federação, particularmente nos momentos mais difíceis, tornar-se o intérprete das demandas nacionais, fazendo propostas políticas para renovar o trabalho e o desenvolvimento econômico e social.

O argumento de Malatesta é dificilmente aplicável, mas não devemos esquecer que ele se refere à atmosfera turbulenta dos sindicalistas franceses antes da primeira guerra mundial, uma época em que os anarquistas eram muito ativos, e que também viu o trabalho de Pelloutier, fundador da ‘Bolsa’. Talvez hoje em uma situação diferente, não em substância, mas na forma repugnante que essa substância tomou, ele teria mudado de ideia.

Aqui o programa é claro: o sindicato deve cuidar do funcionamento do Estado. Em face da incapacidade manifesta (de acordo com a burocracia sindical) dos operadores políticos do governo, eles consideram indispensável – no interesse dos trabalhadores – que eles mesmos assumam o controle e manejem a exploração.

A relação entre sindicato e poder político aparece em sua manifestação mais assustadora: sindicalismo e capitalismo. O poder econômico mantém a gestão sindical condicionada dentro dos parâmetros do reformismo e, ao fazê-lo, direciona sua força para a “cogestão” de poder, que é um futuro muito próximo.

Sindicalismo-Reformista e Capitalismo Antigo e Novo

A colaboração dos sindicatos na vida difícil do capitalismo assumiu várias formas durante os vários estágios de seu crescimento. Para o capitalismo das fábricas, ligado a uma visão restrita do mercado e a nenhuma orientação multinacional clara, correspondia (e ainda hoje corresponde às áreas menos desenvolvidas) um tipo de sindicalismo corporativo “à moda antiga” com uma ideologia que exalta o trabalho. Ele visava aumentos salariais, mas preocupava-se principalmente com questões ambientais (a situação dentro da fábrica, segurança no trabalho, relações com os superiores). Hoje, para um “novo estilo” de sindicalismo-reformista corresponde (nas áreas mais desenvolvidas) um capitalismo tecnocrático multinacional, um capitalismo que poderíamos definir como “novo estilo”, que é gerenciado indiretamente pelo Estado por meio de financiadores dotados de uma lógica aritmética bastante peculiar (por exemplo, em questões de imposto sobre lucros), capaz de tecer uma rede espessa de apoio internacional. Ficam fascinados com a possibilidade de um discurso confederal a nível Europeu e internacional e, apesar de ainda não estarem totalmente cientes do possível poder que esse discurso poderia levar, eles decidiram não deixar que ele escapasse deles quando surgir. Assim como o capitalista tecnocrático tem um equivalente no sindicalismo tecnocrático, o grande diretor internacional o possui em um grande sindicalista internacional.

Na Itália, essas duas realidades coexistem, e aqui, do ponto de vista dos sindicatos, reside o problema do Sul. Para o Sul, eles estão pedindo:

“A preparação de grandes apoios infraestruturais. Irrigação, abastecimento de água, reforço de montanhas, principais linhas de comunicação (estradas e portos), elaboração de planejamento urbano indispensável à decolagem política e industrial. A consolidação e qualificação da agricultura do sul de orientação seletiva. Programas de industrialização que atendam às características econômicas e sociais do Sul, a serem inseridos em um plano integrado de desenvolvimento econômico e territorial. Para esse fim, aumento do gasto público, investimento, política de incentivo e apoio, preparação acadêmica e profissional e programa de participação do Estado no desenvolvimento da indústria. Melhoria no trabalho da subclasse de produtores do Sul: a maior parte do que eles fazem hoje é humilhante devido a processos devido à unificação no país ou pelo uso de meios puramente especulativos no próprio Sul”.

Para o Norte, eles declaram:

“Dois problemas essenciais são: a configuração interna da Europa e suas relações com os EUA e a URSS. O processo de integração econômica Europeia foi orientado por grupos contratantes; a intervenção política, quando existe, sempre consistiu em mediação de interesses, nunca proposições autônomas ou disponibilidade incisiva de instrumentos; a presença do sindicato tem pouco efeito aqui. A corrida pela eficiência tem um lado autoritário e controlador; as técnicas modernas de programação da fábrica consideram os homens que trabalham na fábrica como robôs que podem ser regulados em tempos e ritmos fixos. Os projetos de planejamento internacional consideram os salários um preço fixo que deve ser regulado *ex ante* com base nas previsões industriais dos níveis de produtividade. O sindicato não pode continuar olhando passivamente diante dessas tendências estabilizadoras da sociedade industrial”.

(F.I.L.T.E.A.-C.G.I.L.)

Vejam a questão aparentemente contraditória do comportamento das várias tendências sindicais.

Vamos pegar o problema agrícola no Sul, por exemplo. Não significa nada para pedir a “consolidação e qualificação da agricultura do Sul”. Basicamente, temos que lidar com dois tipos de produtos na agricultura, um de demanda elástica e outro rígido. Os primeiros são produtos “pobres”, o segundo rico. O primeiro tem certas características: os preços tendem a diminuir e devem ser sustentados pelo sistema (investimentos básicos perdidos pelo Estado) para aumentar a produção por hectare. As indústrias ligadas a esses produtos (por exemplo, as usinas relacionadas à produção de grãos) têm demandas quase estáveis. Isso se refere a produtos que não exigem uma grande força de trabalho; portanto, o desemprego é endêmico em áreas onde existe esse tipo de cultivo.

O segundo tipo de produtos, os “ricos”, tem características diametralmente diferentes. Isso diz respeito a frutas, vegetais e frutas cítricas. Estes produtos requerem irrigação. A questão é que a produção do

primeiro tipo de produto é mais fácil nas regiões atrasadas, pois requer apenas instrumentos muito primitivos, sem muita irrigação e pouca atenção. A mudança pode ocorrer – ainda do ponto de vista capitalista – através da criação de enormes complexos agrícolas capazes de explorar os produtos ricos. Nada disso foi feito na Sicília, exceto alguns casos isolados, em benefício exclusivo dos grandes magnatas ou proprietários de terras.

Propor essas perspectivas ao Estado seria como conversar com o esqueleto em seu armário. Eles estão bem cientes das deficiências do passado e da impossibilidade objetiva de qualquer programa de desenvolvimento no Sul, devido aos interesses precisos de grupos envolvidos na exploração local, que fornecem um grande número de votos às partes no poder. Fazer hoje o que não foi feito nos últimos trinta anos exigiria uma mudança na estrutura de poder, na administração através de um tipo diferente de liderança política, e é isso que os sindicatos italianos querem. Eles querem a exploração dos trabalhadores sob uma perspectiva diferente, novas formas de desenvolvimento econômico e transformações estruturais à custa deste último. E desta vez eles querem segurar as rédeas como seus colegas Suecos e Alemães.

O que foi chamado de “programas coerentes de industrialização” é tão vago que é inútil. A criação de novos complexos industriais no Sul fornece resultados precisos muito diferentes daqueles das áreas desenvolvidas quando complexos similares são criados. O custo da terra a ser usada nas fábricas aumenta e há especulações na indústria da construção. Há um crescimento intermitente neste último, que nada contribui para as necessidades da classe trabalhadora. As máquinas e plantas chegam do Norte, portanto não há aceleração nesse setor; o mesmo pode ser dito para bens de consumo duráveis. Há um crescimento de emprego no setor de serviços, burocracia Estatal; comércio e construção. Somente na última análise há um crescimento no setor industrial como tal (o fechamento das indústrias antigas e de setores industriais inteiros precisando ser compensado primeiro). Sem mencionar os graves efeitos dos vários problemas ambientais que seriam causados pela inserção de complexos industriais em regiões agrícolas.

Tudo isso é parte da perspectiva gerencial do sindicato. A realidade fundamental da exploração não é levada em consideração. No Sul, eles encontram bom jogo em ex-trabalhadores acostumados a trabalhar 14 horas no campo, que consideram oito horas na fábrica de azulejos um fardo bem mais leve. O sindicato usa essa técnica em áreas repletas de fome e pobreza, desenvolvendo uma lógica bastante diferente nas regiões mais desenvolvidas.

A questão da tecnocracia e da multinacional fascina não apenas os sindicalistas, mas também muitos camaradas que acabam perdendo de vista a realidade capitalista que é, e sempre será, contraditória. Teses de acumulação capitalista, como as elaboradas por Hilferding, tornam-se de valor duvidoso diante das revoltas que contaminam a lógica capitalista nas fábricas, escolas e na terra, impossibilitando previsões de médio e longo prazo.

Em nossa opinião, é importante ver claramente certas características: o nível tecnológico dos vários setores industriais, a estrutura interna dos países Europeus, a política científica das nações militarmente fortes, novos desenvolvimentos em fontes de energia, etc. Outras observações emergem discrepâncias notáveis entre os países mais avançados (daí o grande número de graus e quantidade de conhecimento), que são não apenas tecnológicos, mas também organizacionais, entre as diferentes empresas; diferenças na quantidade de pesquisa industrial financiada não apenas pelo Estado, mas também pela própria indústria ou outros órgãos (universidades etc.); contradições entre ciências políticas e política financeira, e assim por diante.

Tudo isso implica mudanças importantes no problema de gerenciamento; uma transformação da “economia ampla” para países em um momento como esse, a fim de passar pela crise. Os sindicatos sabem disso muito bem, e é nesse sentido que eles também estão preparando sua transformação estrutural. Níveis salariais, condições dentro das fábricas, contratos, regulação do desemprego, formas e objetivos de produção em uma dimensão multinacional, são todas as decisões que serão tomadas pela liderança, ou melhor, por um pequeno número de burocratas móveis contra os quais não será fácil lutar. Os trabalhadores, por outro lado – de acordo com os sindicatos – são maduros o suficiente para gerenciar seu trabalho e continuar a produção (caro em uma configuração centralizada, o que significaria o autogerenciamento de sua própria miséria), portanto, devemos garantir a eles a continuação do trabalho (leia-se exploração) e garantir a nós mesmos a sobrevivência como organização (leia-se o trabalho recompensado).

Aqui está o que Charles Levinson, secretário-geral da Federação Internacional de Química, escreve na revista *Preuves* (setembro de 1972):

“Os sindicatos cometerão um erro se permanecerem fechados dentro da estrutura nacional negociando na esfera microeconômica que reflete a evolução econômica em todo o país. Essa atitude é desfavorável às condições dos trabalhadores hoje; por exemplo, tende a alinhar os salários nos setores mais avançados aos de dificuldade. As reivindicações devem ser organizadas setor por setor e em nível multinacional por cada empresa individualmente. Por outro lado, nas negociações em nível nacional, os sindicatos estão em desvantagem. Eles desconhecem a real situação financeira das empresas com ramificações mundiais ... É no nível de cada fábrica que a luta deve se desenvolver dentro da única empresa multinacional, com a participação de toda a unidade de produção espalhada pelo mundo. Esse tipo de ação sindical seria mais eficaz do que aquele que se espalha por toda a indústria, mas se limita à estrutura nacional. As grandes confederações sindicais costumam desconfiar dessa perspectiva. Mas, a longo prazo, elas claramente ficarão impotentes se recusarem atacar a multinacional em seu próprio território. Se, por exemplo, o C.G.T. e o C.F.D.T. realizar uma ação contra o Rhone-Poulenc na França, eles certamente podem esperar chegar a algum lugar. Mas eles estão vinculados a considerações nacionais e, durante as negociações, são forçados a aceitar os níveis salariais existentes nas milhares de pequenas fábricas atrasadas. Eles não podem obter os resultados que obteriam com a ação sindical contra todos os ramos do Rhone-Poulenc de uma só vez. Nesse contexto de coordenação da atividade sindical em nível mundial, é necessário afastar-se do esquema tradicional. Não se trata apenas de organizar greves internacionais. Devemos atuar nos pontos sensíveis da empresa multinacional, reforçando os pontos de pressão dos movimentos ... Estamos entrando em um período experimental na tentativa de efetivar essas estruturas. Na indústria química; por exemplo, começamos a selecionar as empresas multinacionais mais importantes e temos informações muito atualizadas sobre elas: estudos sistemáticos de suas limitações financeiras, seus negócios e políticas de produção, sua estrutura, diretoria, vínculos com outras empresas, personalidade dos diretores etc ... Esses dados serão alimentados em dois computadores, um nos EUA e outro na Alemanha. Graças a isso, poderemos gradualmente falar com os gerentes das filiais e com a empresa principal como iguais, sem que eles possam nos contar histórias. Ainda não se trata de unificar reivindicações mundiais, mas de apoiar as ações do sindicato em um país ou em parte dele. Portanto, devemos reestruturar o movimento sindical criando comissões permanentes para cada empresa multinacional em que as filiais de cada país, ou, pelo menos, muitas delas, estão representadas”.

Outro projeto futuro, desta vez em nível internacional, é uma coalizão entre capital e sindicatos. Resta ver como tudo isso destacará a reivindicação que os sindicatos ainda fazem hoje de estar do lado dos trabalhadores e se eles não preferem se aproximar da participação na gestão do capitalismo e consequente exploração da classe trabalhadora. Como esse novo órgão que está sendo proposto – a comissão permanente da empresa internacional – deve ser interpretado? Essas comissões devem funcionar elaborando um plano de ação baseado em convenções internacionais coletivas com reivindicações comuns. O próximo passo será a participação desses órgãos na tomada de decisões da empresa: uma forma de cogerenciamento de cima. A greve, braço tradicional na luta até agora; perderia sua importância nessa perspectiva. A ideia de computadores opostos a outros computadores é um sinal das atitudes cada vez mais colaboracionistas dos sindicatos.

A habilidade dos funcionários sindicais está exatamente aqui: ser capaz de trabalhar em tantas perspectivas diferentes, insistindo em formas arcaicas de luta (ocupação da terra na Sicília, por exemplo) quando as fere porque o impulso de se rebelar da base é quase incontrolável, passando então a demandas mais amplas, tão amplas que são absurdas, numa perspectiva de desenvolvimento comparativo (Norte-Sul) que se adapte ao capitalismo industrial do Norte e à versão agrícola do Sul. Por fim, suas demandas tornam-se tão amplas que chegam ao gerenciamento de situações complexas como a multinacional.

Vamos dar uma olhada na situação na Alemanha. A lei sobre co-gestão surgiu em 1951. Para aprová-lo pela Confederação Sindical (D.G.B.⁷), eles tiveram que ameaçar uma greve geral (pela primeira vez na história). Vamos ver o que Heinz Zimmermann (“Interrogations”) diz:

“Não é difícil ver que a cogestão igualitária é uma questão de aparato burocrático – empregadores e sindicato – e que as decisões importantes são tomadas sem consultar os assalariados.

Os olhos da co-gestão dos funcionários do sindicato significa alcançar dois objetivos essenciais em nossa opinião. O primeiro reflete o conceito de todo o partido social-democrata (aliado aos sindicatos não em nível formal, mas devido a uma simbiose de pessoal e mentalidade entre as duas organizações): trata-se de alcançar uma ‘regulamentação’ das relações sociais com o objetivo, afirma um funcionário do sindicato, de atenuar as injustiças sociais resultantes do processo econômico, tanto quanto possível. O segundo permite a integração de toda uma classe social de ‘funcionários’ sindicais no processo econômico. Eles estão se tornando parte do sistema econômico e social para não deixar essa área de atividade aberta aos ‘diretores’ da classe gerencial do país”.

Assim, a eliminação da discórdia e do conflito, na medida do possível, a participação na gestão econômica em primeira pessoa e, finalmente, a integração da estrutura antissistema anterior no sistema. Obviamente, seria supérfluo explicar que essa integração é possível não por causa da degeneração do sindicato, mas por suas características essenciais que se acentuam à medida que o capitalismo se distancia de suas origens tradicionais.

“Cogestão significa que a empresa deve responder não apenas aos acionistas, mas aos trabalhadores e à nação como um todo. A verdadeira democracia realmente se limita aos setores políticos, mas deve aplicar princípios democráticos à economia, a ‘Parceria’ não pode substituir a cogestão, mas a verdadeira parceria exige a cogestão. Os sindicatos não querem reduzir o capital e os direitos dos acionistas. Mas o capital, quando investe na produção, não pode decidir sozinho. A força de trabalho é mais importante”. (D.G.B.)

Os sindicatos Alemães não precisam produzir cortinas de fumaça como os Franceses e os Italianos, porque eles tiveram essa porta de poder aberta para eles nos últimos vinte e cinco anos. Hoje, todas as empresas que empregam mais de 2.000 pessoas são co-gerenciadas com os sindicatos na Alemanha. Isso significa grande poder na tomada de decisões para a organização.

Na França, pelo contrário, ainda se pode ouvir do C.F.D.T.: “*O conceito piramidal de estruturas de poder, na forma de conselhos de trabalhadores ou centralismo democrático, deve ser recusado. A experiência mostra que essa maneira de gerenciar o poder com base na concepção rígida e hierárquica do delegado rapidamente dá origem a um processo de burocratização e tecnocratização*”. Mas isso é pura retórica adaptada ao momento que em breve será substituído por uma forma bem diferente. Imagine um sindicato admitindo abertamente a necessidade de burocratização! Não devemos ter ilusões. A necessidade de colaborar é essencial para os sindicatos; qualquer ruptura deve ser controlada e programada. O ataque deve ser uma arma precisa: quanto mais ameaça se tornar eficiente, mais deve ser usado em pequenas doses. Pelo contrário, se sua eficiência diminuir, ela será amplamente utilizada, como no caso da greve postal na França, que durou mais de dois meses, sem resultado no final de 1974.

Aqui está uma passagem que é característica dessa colaboração, publicada na resenha *Syndcalismo* (especial ‘Autogerenciamento’ n.1415):

“Não importa qual seja o nível de democratização na empresa ou na economia como um todo, o sindicalismo continua a ter autonomia em sua função como força de impacto para proteger os trabalhadores contra a vontade dos empregadores. O sindicato continua sendo uma escola para a formação de trabalhadores militantes, um local para elaboração de críticas

⁷ D.G.B. *Deutscher Gewerkschaftsbund* (Confederação dos Sindicatos Alemães), agrupando 16 federações. A adesão ao sindicato é organizada de acordo com a fábrica, em oposição à habilidade exercida dentro dele. Simpatia com os democratas-cristãos, mas exige unidade apolítica.

sociais e um agente de transformação a ser usado e aperfeiçoado. A autonomia da união e o reconhecimento de seus modos de ação, incluindo a greve, são, portanto, uma necessidade e uma garantia fundamental de autogestão.

O problema da remuneração vem em último lugar na indústria, com o da hierarquia e da distribuição da produção. Por isso, do outro lado da barricada, os chefes que administram o capital não trabalham do ponto de vista humanitário; (o trabalhador está alienado, é preciso libertá-lo), mas de questões relacionadas à produção (degradação, fadiga, tantos dias perdidos, muito trabalho mal feito, tanto desperdício, falta de reinvestimento etc.). Estes são os elementos que os empregadores usam para estimar o problema dos modos de produção. Além de não darem trégua, eles também experimentam. Os primeiros exemplos ocorreram nos Estados Unidos e na Suécia (Saab e Volvo). Eis o resultado: trabalho inteligente (não setorizado), menos fadiga, menos degradação, retorno a um tipo de indústria artesanal; desaparecimento do absentismo, menos obrigações, trabalho de melhor qualidade, eliminação de setores não produtivos (pequenos chefes e controladores), maiores lucros, aumento na produção de capital”.

Talvez nunca se diga o suficiente sobre os perigos dessa perspectiva, e é por isso que consideramos o estudo dos problemas da autogestão como de grande importância. Talvez devêssemos denunciar com mais veemência os teóricos da ideologia do trabalho, mostrar sua colaboração secreta na exploração capitalista, demonstrando como até os anarquistas frequentemente caem nessa perspectiva.

Aqui é suficiente ver o processo de transformação em que os sindicatos estão implementando as mudanças na estrutura econômica em que estão operando. Como toda transformação estrutural no capitalismo, isso é funcional para certos requisitos e passa a ser condicionado por eles. Tem sido a doença específica de vários movimentos revolucionários ver perspectivas e conteúdos interessantes nisso. E, partindo do sindicalismo, eles perderam sua matriz libertária original por vários caminhos.

Limitações do Sindicalismo Revolucionário

Por volta de 1880, várias correntes podiam ser vistas nas tendências sindicalistas de inspiração mais ou menos anarquista:

1. uma acentuação no autoritarismo (do tipo Blanquista) que alcançou uma espécie de compromisso na experiência Boulangista.
2. uma tendência “reformista” liderada por Brousse, que declinaria em importância, exceto na Federação do Livro, onde ainda é forte hoje,
3. a tendência anarcossindicalista (a mais importante) que criou a *Bourse de Travail*.
4. a tendência sindicalista revolucionária que se misturava à anterior, talvez mais politizada, violenta, voltada para a insurreição.

Foi Sorel quem, talvez involuntariamente, teorizou o sindicalismo revolucionário. A greve geral deveria ser usada como um mito para substituir os mitos de Progresso, Igualdade e Liberdade: uma perspectiva final que coincidiria com a revolução. Pelo contrário, a greve limitada passa a ser vista como um “exercício revolucionário”. A elite revolucionária deveria usar esse exercício para levar as massas a se rebelarem contra o Estado, começando com reivindicações e passando gradualmente à construção da nova sociedade a partir do modelo sindicalista.

Começamos com a Carta de Amiens, o ponto de referência constante do sindicalismo revolucionário. Em 1906, este foi votado com 834 votos a favor e 8 contra. Isso significa que seus princípios eram (e são) tão vagos que podem ser votados por revolucionários e reformistas. Assim Monatte diz: “Não era a expressão da maioria, mas era aceito por todo o movimento”.

Neste artigo, foram estabelecidos os princípios do apoliticismo sindicalista e os princípios da luta contra os patrões pela abolição dos salários.

“O Congresso considera esta declaração uma declaração da luta que os trabalhadores estão se opondo em termos econômicos contra todas as formas de exploração e opressão, tanto materiais quanto morais, realizadas pela classe capitalista contra a classe trabalhadora.

O Congresso declara sua posição teórica nos seguintes pontos:

No trabalho diário de reivindicar melhores condições, o sindicato busca uma coordenação das forças de trabalho, um crescimento no bem-estar dos trabalhadores, obtendo melhorias imediatas, como redução de horas de trabalho, aumento de salário, etc.

Mas essa necessidade faz parte do trabalho do sindicalismo: é uma preparação para a emancipação completa que só pode ocorrer através da expropriação do capital. Isso requer a greve geral como um modo de ação e considera que a organização sindicalista, hoje na forma de grupos de resistência, será amanhã grupos de produção e distribuição, a base da futura organização social ...

Consequentemente; No que diz respeito aos membros individuais, o congresso afirma total liberdade para qualquer pessoa participar de qualquer tipo de luta que corresponda às suas ideias filosóficas ou políticas, pedindo-lhes, em troca, que não introduzam essas opiniões no organismo sindicalista.

O sindicato visa a libertação completa do trabalhador através da supressão da exploração do homem pelo homem, e a abolição da propriedade privada e do sistema de salários”. (The Charter of Amiens, 1906).

Mas a realidade era um pouco diferente. Aqui está o que Delesalle, um membro do escritório confederal, declarou:

“A Carta de Amiens representa o ponto de vista e é a emanção do escritório confederal. Curiosamente, isso une anarco-sindicalistas (Pouget, Griffuelhes) e reformistas (Niel), contra os Guesdistas.

Essa carta que ouvimos muito sobre isso foi elaborada na melhor das hipóteses no terraço de um café, sem ter havido qualquer discussão sobre isso dentro do movimento sindicalista”. (Corale. *Capitalisme-Syndicalisme, meme combate*)

O elemento essencial no sindicalismo anarquista era o conceito de ação direta, uma consequência lógica de serem apolíticos (no sentido partidário) e da espontaneidade da organização sindicalista. Os erros podem ser encontrados nesta parte final. A organização sindicalista não pode se basear na espontaneidade de massa, mais do que um partido político pode, mesmo que se defina “revolucionário”. Do mesmo modo, a organização sindicalista não pode permanecer separada das vicissitudes da política partidária e, mais cedo ou mais tarde, acaba sentindo sua influência. Por fim, na perspectiva da estrutura sindicalista, o problema da ação direta é transformado de um meio de luta nas faixas da base para um meio de instrumentalizar o último. Esse era o significado do “mito” Soreliano da greve geral, uma transposição eficaz de um conceito político para o campo da luta dos trabalhadores. Tudo o que surge fora desse campo pode ser produzido pela base (ação direta, espontaneidade, organizações de produtores) ou pelo sindicato (delegados, comitês, pedidos oficiais, barganha, greves dispersas ... até a greve geral). A diferença é essencial.

O erro fundamental do sindicalismo revolucionário é bastante visível nas palavras de Griffuelhes: “A ação direta é uma prática que cresce diariamente. Consequentemente, em um certo estágio de seu desenvolvimento, não será mais possível chamá-lo de ação direta; será uma explosão generalizada que chamaremos de greve geral e que concluirá na revolução social”. Do mesmo modo, Aristide Briand: “... a revolução? ... alternativa? ... analogia? A tendência é identificar a greve geral com a revolução. Esse é o mito da subversão pacífica e instantânea, realizada através da suspensão universal e simultânea do trabalho”. Em 1888, no Congresso de Bouscat, várias decisões foram tomadas em relação à greve e à passagem da greve geral para a revolução: “A greve limitada só pode ser um meio de agitação local e organização. Somente a greve geral, que é a parada completa de todo tipo de trabalho, ou a revolução, pode levar os trabalhadores à sua emancipação”.

A passagem dessas fórmulas antigas para argumentos sucessivos é clara. Não é mais alternativa, mas analogia; ruptura violenta (no caso dos anarquistas como Griffuelhes) ou passagem pacífica (os reformistas como Briand), nada muda. Nesta perspectiva, o sindicalismo se torna um fim em si mesmo. Muitos militantes anarquistas, capazes como Pouget de fazer uma distinção precisa entre anarquismo e sindicalismo, não são mais capazes alguns anos depois, quando se tornam meramente sindicalistas, sem saber ou desejar.

Em nossa opinião, os anarquistas devem reconhecer que não é necessário exigir a destruição do sindicato ou organização sindicalista, mas isso não deve levá-los à conclusão – excessivamente fácil – de que eles podem trabalhar dentro deste último para preparar camaradas para a revolução. O salto qualitativo é radical e não deixa espaço para gradações quantitativas. Nesse sentido, o Malatesta que viveu a experiência do fascismo e dos sindicatos, a incapacidade de enfrentá-lo é mais bem orientado,

“O sindicato é reformista por natureza ... O sindicato pode emergir com um programa social revolucionário ou anarquista, e é o que geralmente acontece. Mas a lealdade a esse programa dura apenas enquanto for fraca e impotente, um mero grupo de propaganda. Quanto mais atrai trabalhadores e fortalece, menos consegue manter o programa inicial, que se torna apenas uma fórmula vazia”.(1925)

“Seria uma ilusão grande e fatal acreditar, como muitos acreditam, que o movimento dos trabalhadores pode e deve por si só, por sua própria natureza, levar à revolução. Daí a necessidade impelente de organizações realmente anarquistas lutarem tanto dentro quanto fora dos sindicatos pela total realização do anarquismo, buscando esterilizar todos os germes de degeneração e reação”. (1927)

Como já dissemos, consideramos um erro falar de uma degeneração no sindicalismo. Frequentemente, as críticas de militantes antigos contêm esse aspecto; eles se lembram de melhores momentos em que as relações de produção deram espaço a discussões revolucionárias dentro da estrutura sindicalista, e as compararam com o presente em que a natureza do poder econômico se racionalizou, levando isso a uma decadência no sindicalismo.

“O C.G.T. afundou sob o reformismo, tornou-se uma roda dentada nas rodas do governo e jogou as costas para a revolução. Cada vez que os trabalhadores olham para os homens que encarnam o regime capitalista, veem seus próprios líderes ao lado deles. O que é essencial para nós na Carta de Amiens é o nosso conceito de sindicalismo: o grande artesão da revolução capaz de fazer tudo e, se possível, de organizar tudo no dia seguinte da revolução”. (Monatte)

A crítica é desenvolvida, mas a ilusão persiste. É o mesmo que o argumento que os “reformistas” da federação anarquista francesa estão propondo hoje.

“Para nós anarquistas, não se trata de compromisso ou manobras políticas, nem de posições a serem conquistadas. Os sindicalistas da federação anarquista devem simplesmente dizer, mesmo que sejam os únicos a dizer (talvez no meio talvez seja preferível que sejam os únicos), que o sindicalismo está se movendo em uma direção perigosa e que, baseando-se nos princípios, história e evolução econômica da época, das duas grandes tendências que existem hoje no movimento operário, elas são a favor do revolucionário que, como afirma a Carta de Amiens, visa ‘a supressão do sistema de salários’”. (M. Joyeux)

Em nossa opinião, a única maneira de formar revolucionários militantes efetivos é construir métodos de luta que possam se desenvolver ativamente a partir da base dos trabalhadores. Isso também significa mostrar as dificuldades, aproximações e principalmente as limitações objetivas que a atividade “anarquista” encontra dentro das organizações sindicalistas. Não é verdade que o sindicalismo seja a grande universidade popular que leva os trabalhadores a entender seus problemas ou, se esse não for mais o caso, que todos os esforços sejam feitos para que isso aconteça. Essa é uma ilusão antiga que pode ter contido um grão de verdade no passado, mas que é bastante inútil no que diz respeito aos problemas de hoje.

No nível operacional, as ideologias sindicalistas reformistas e revolucionárias são iguais. Ambos lutam pela preservação da estrutura sindicalista antes de qualquer outra coisa. No caso contrário, o problema nem existiria. Os reformistas lutam por ganhos limitados (salários e regulamentações), porque isso deve levar a uma socialização progressiva dos meios de produção, até sua completa socialização em coexistência pacífica. Na realidade, ambos lutam por demandas limitadas e o fazem em uma organização muito precisa, mais ou menos piramidal, que possui regras próprias, sendo a essencial a sua própria sobrevivência como organização.

“A classe trabalhadora deve olhar além do capitalismo, pois o sindicalismo está bastante confinado aos limites do sistema capitalista”. (Pannekoek)

Veremos em que consiste esse “olhar além” depois. É importante notar aqui que o teórico dos conselhos de trabalhadores via claramente a natureza intrinsecamente reformista da organização sindicalista e não tinha ilusões sobre o potencial revolucionário ou quaisquer outras reivindicações desse tipo.

“Em vez de líderes ou quadros oniscientes, propomos o conceito de ‘animadores políticos’ capazes de propor iniciativas para estimular o desenvolvimento do indivíduo e ajudar a coordenar essas iniciativas, colocando em movimento forças até então insuspeitas”. (*Ouvrier face aux appareils*).

Mas isso não surge da organização sindical ou sindicalista. Essa figura política é muito diferente da do agitador sindical: agora um delegado privilegiado ou burocrata assalariado. A mudança na

figura humana ou social é acompanhada por mudanças nos resultados da ação que eles realizam dentro do movimento trabalhista. Obviamente, esse ativista deve trabalhar na direção das necessidades dos trabalhadores. Eles não podem estabelecer-se como uma atividade autodeterminada, criando problemas que não existem ou ampliando os existentes com o único objetivo de se perpetuar. Além disso: é a dinâmica da ação direta que move a realidade dos trabalhadores em uma direção diferente daquela ‘consagrada’ pelo sindicato.

“Sou anarquista antes de qualquer outra coisa, depois sindicalista, mas acho que muitos são sindicalistas primeiro, depois anarquistas. Há uma grande diferença ... O culto ao sindicalismo é tão prejudicial quanto o do Estado: existe e ameaça crescer a cada dia. Parece realmente que os homens não podem viver sem a divindade; assim que eles destroem um, surge outro”. (F. Domela Nienwenhuis)

Limitações do Anarcossindicalismo

O mesmo argumento, com elementos específicos, se aplica ao anarcossindicalismo. Aqui temos uma solução anarquista ao sindicalismo, a solução que se enraizou na Associação Internacional dos Trabalhadores de acordo com os princípios de Bakunin, mas que ainda possui defeitos intrínsecos a todas as organizações sindicais e sindicalistas, sejam elas sindicalistas revolucionárias, comunistas autoritárias, reformistas da social-democracia ou Anarcossindicalista, se não for mantido dentro dos limites dos “meios”, como Malatesta apontou apropriadamente, corre o risco (com o sindicalismo, não anarquismo) de evoluir para o revisionismo (veja a Suécia) ou o autoritarismo (veja a Espanha). Mas vamos tentar esclarecer esse problema antes de nos depararmos com sérios mal-entendidos. O anarcossindicalismo sabe perfeitamente bem que a revolução dos arquivos só pode ser provocada pelas massas trabalhadoras organizadas em suas estruturas econômicas para preparar a sociedade do futuro. Isso só pode acontecer se essas organizações forem separadas dos partidos políticos, de fato *“se não forem apenas parlamentares, mas principalmente antiparlamentares”*. (Lehning)

“Quem é contra o capitalismo privado e estatal deve se opor a isso com outro tipo de realidade social e outros tipos de organização econômica. E isso só pode ser feito pelos produtores agrupados em organizações da oficina, indústria, etc. Eles devem se organizar de maneira a possuir os meios de produção e organizar toda a vida econômica em bases associativas”. (Lehning)

Mas as organizações desses produtores devem estar nas mãos dos próprios produtores e organizados para que suas ações, que eles mesmos escolheram e se determinaram, não possam ser impedidas. Se olharmos com atenção, veremos que isso não pode acontecer no sindicalismo, nem mesmo no anarcossindicalismo. Isso não pode acontecer nas chamadas “degenerações” do tipo Sueco ou (dentro de certos limites) do tipo Espanhol. Isso não pode acontecer porque não são os próprios trabalhadores que decidem quais são seus interesses objetivos, mas a liderança sindicalista que, como veremos, existe e tem a capacidade de selecionar objetivos e interesses, mesmo no anarco-sindicalismo.

Não devemos esquecer que o sindicalismo é um organismo de produtores, portanto, com um alto índice econômico, mas é também um organismo administrado por homens que são altamente politizados, mesmo que apenas em nível pessoal. No caso de uma organização anarcossindicalista, esses homens seriam anarquistas, recusando seus direitos como “líderes” sindicais. Muito bem, nesse caso, a organização se dividiria ou morreria para reaparecer em uma série de iniciativas dirigidas pela base sem necessariamente ter uma linha centralizada além de seus interesses econômicos e revolucionários comuns. Mas, nesse caso, não estaríamos mais dentro do conceito de anarcossindicalismo. O último prevê a existência da estrutura independentemente da perspectiva econômica. Destina-se a defender os interesses dos trabalhadores (econômicos e não econômicos), mas acima de tudo, existe e é mais significativo quanto maior e mais membros tiver. O mesmo deve ser dito dos homens e mulheres que trabalham dentro da estrutura anarcossindicalista. Suas ideias não provêm dos interesses econômicos e historicamente determinados dos membros ou de toda a classe trabalhadora, mas existem por si só e, em certo sentido, são muito mais amplos. Eles chegam ao ponto de delinear uma visão completa do mundo (uma anarquista ou libertária) o que necessariamente influenciará a escolha do trabalho a ser realizado em questões específicas ou alternativas políticas ou econômicas de maneira pequena.

Vamos imaginar que a questão da ocupação de uma fábrica esteja sendo discutida. O interesse imediato dos trabalhadores – pelo menos em uma dimensão como a que vivemos hoje na Itália é a continuação de seus salários, um interesse limitado que de forma alguma põe em causa a ética do trabalho. Os camaradas sindicalistas podem ter suas próprias ideias muito precisas sobre o que autogestão da fábrica deve significar na perspectiva da administração capitalista. Ou seja, eles podem querer “demonstrar” algo mais, algo de maior valor político do que a mera continuação de salários para um número restrito de pessoas, mas ainda algo que nunca vai “além” de certos interesses objetivos e contingentes em nossa opinião. Obviamente, esse algo poderia contribuir para expandir o movimento como um todo, mas não deve se tornar um alibi para contrabandear as decisões da liderança além da fronteira instável dos interesses dos trabalhadores. Em resumo, tendo em mente que apenas um número restrito de camaradas tem ideias claras sobre problemas que vão além da área imediata do setor econômico (que geralmente exigem análises trabalhosas) e tendo em mente que esses camaradas (no melhor da fé como anarquistas

e indivíduos) não podem deixar de lutar pelo triunfo de suas ideias, temos certeza de que, quando isso acontece dentro de uma estrutura sindicalista, abre inevitavelmente o caminho para o comprometimento ou o autoritarismo.

No caso em que não existe estrutura, onde os camaradas mais preparados falam em nome de um grupo de produtores com interesses precisos e meios de obtê-los por ações coordenadas apoiadas pela intervenção de camaradas de fora, tudo pode acontecer. O discurso pode se expandir além da medida, tornar-se social e político e atrair uma visão total do mundo da mesma forma. Aqui ninguém fala em nome de uma organização que teria que viver e se defender como tal.

Vamos dar uma olhada no revisionismo anarcossindicalista sueco. A Suécia, como outros países escandinavos (Noruega, Dinamarca e Holanda), é um Estado em que existe uma ideologia de “bem-estar garantido” em um nível superficial. Existe tutela social por parte do Estado. Algo semelhante existe de uma forma ainda mais racional na Nova Zelândia e na Austrália. A organização anarcossindicalista S.A.C. (Sveriges Arbetaren Centralorganisation) é bastante difundida e representativa. Vamos ver como essa mudança de tática sindicalista na direção do revisionismo mais rígido é justificada.

“A população está ciente de ter criado uma situação específica porque a segurança do nascimento à morte os impediu de ouvir os profetas da revolução que transmitem a ideia de lutar contra as barricadas e a destruição total do sistema social existente.

Os anarcossindicalistas viveram suas experiências em meio a conclusões que consideramos válidas apenas em situações como a Suécia. Se a S.A.C. abandonou a propaganda insurrecional e não quer mais conduzir agitações voltadas para a destruição de todas as outras forças sociais, o fizeram porque é impossível proceder de outra maneira neste país. A população pensa em linhas pacíficas e, se tentássemos levá-los a uma ação revolucionária, nos tornaríamos ridículos e provocaríamos um mal-estar geral. Se propuséssemos ações violentas em uma sociedade pacífica, nos tornaríamos o equivalente a touros em uma loja de porcelana”.
(E. Arvidsson)

Fim da transmissão! Não há alternativas. Enquanto isso, a base dos trabalhadores suecos está buscando um novo caminho para a destruição do trabalho, exigindo tempo totalmente livre e a destruição de um Estado que imponha bem-estar coletivo obrigando as pessoas a continuar de uma determinada maneira e impedindo-as de escolher o que querem fazer, enquanto base dos trabalhadores, em completa escuridão, numa angústia ainda mais terrível que a da pobreza (não esqueçamos os suicídios e outros fenômenos), estão procurando novos métodos adequados à estrutura de poder que precisam combater, os líderes anarcossindicalistas obtusos ainda estão falando em termos de insurreição como “*touros em uma loja de porcelana*”.

A situação é clara: na presença de uma estrutura, muitas vezes (digamos sempre), aparece uma fratura entre os interesses econômicos dos trabalhadores (dos quais estes últimos têm consciência clara), e a visão dos gerentes ou representantes sindicalistas dos trabalhadores com suas próprias perspectivas, que muitas vezes não são apenas deformadas e objetivamente perigosas para os trabalhadores, mas também ridiculamente atrasadas.

Vejamos o caso clássico do anarcossindicalismo na Espanha.

Anarquistas no governo. A C.N.T. tem quatro ministros dos quinze que compõem o governo. Aqui está o que “*Solidaridad Obrera*” escreveu em 1936:

“A entrada da C.N.T. no governo de Madri é um dos fatos mais importantes da história política de nosso país. A C.N.T. sempre por princípio e por convicção, foi antiestado e inimigo de todas as formas de governo. Mas circunstâncias, quase sempre superiores à vontade humana, embora determinadas por ela, transformaram a natureza do governo e do Estado espanhol. Atualmente, o governo como instrumento regular do Estado não é mais uma força opressora contra a classe trabalhadora”.

Pobre Bakunin (que não é nada) e pobre classe trabalhadora (que é séria). Esses anarquistas que tentam esconder sua própria incapacidade pessoal de agir por trás do aparente “realismo” da bandeira

anarcossindicalista nunca podem meditar o suficiente nessa passagem. Com essas falas, não apenas o anti-estatismo anarquista, mas também o voluntarismo, amargamente reduzido ao jargão simples de um centavo não muito brilhante, caiu na Espanha.

“Todos os homens de destaque dos grupos sindicalistas e anarquistas estavam presentes. Juntamo-nos ao governo, mas as ruas nos escaparam ...” (Federica Montseny)

“Quero apontar para um fato curioso: o fiasco da cúpula, da minoria diretora, os líderes. Não estou falando apenas dos políticos socialistas e comunistas. Também estou falando de militantes anarquistas conhecidos, aqueles que em palavras cotidianas poderíamos chamar de líderes”. (G Leval)

“A verdade é que a base não foi consultada, apenas alguns dos elementos mais conhecidos do C.N.T. e a F.A.I. estiveram presentes nas reuniões. Isso foi mais uma fraude”. (Los Amigos de Durruti) em *Le Combate Socialiste*, 1971

Os líderes de um lado e as massas do outro. O resultado: estes assumem grandes construções coletivistas e comunitárias, resolvem problemas econômicos de considerável importância, lutam nas ruas contra os fascistas e contra os não menos perigosos “fascistas vermelhos”; os líderes se mantêm separados, mais cedo no governo ou totalmente incapazes de fazer qualquer coisa.

Certamente Leval não pode ser acusado de ser contra a organização sindicalista, em geral ou no caso particular da CNT, mas vamos ver o que ele escreve:

“O anarquismo espanhol tinha muitos ‘líderes’ que não assumiram nenhum papel. Eles foram absorvidos pelos cargos oficiais que haviam assumido desde o início ... Isso os impediu de continuar com sua tarefa de líderes. Eles permaneceram fora desse grande empreendimento de reconstrução, onde o proletariado deveria aprender lições preciosas para o futuro ... Vários intelectuais à margem de tarefas oficiais estavam longe da transformação radical da sociedade”. (Leval)

Como podemos ver, Leval não contesta a presença de um “líder” sindical, e talvez até menos do político, mas ele não pode deixar de notar, observador honesto que ele é, que os eventos foram de tal maneira que as massas se controlaram de um lado, e os líderes do outro.

As consequências não demoraram muito para se fazer sentir. Assim começaram os contrastes, as lutas, a emarginação e também a repressão. Por toda a Espanha, numerosos grupos anarquistas (e também aqueles que não eram declaradamente anarquistas, mas foram influenciados por este último) eram de ação direta, igualitarismo e organização imediata da nova sociedade, então, uma forma de luta desenvolvida entre o C.N.T. e a F.A.I. por um lado, e esses outros grupos, por outro.

Em março de 1937, incidentes eclodiram em Vilanese, perto de Valence, por causa de um decreto do governo votado pelo ministro anarquista Lopez, que era prejudicial para os coletivos locais (que haviam sido formados pelo C.N.T. e pela socialista U.G.T.).

Em maio de 1937, um conflito entre anarquistas e o C.P. em Barcelona, levou a uma série de lutas que duraram mais de uma semana e se estenderam a várias cidades vizinhas. Juntamente com os anarquistas dos grupos Los Amigos de Durruti estavam os grupos dos P.O.U.M. (comunistas dissidentes) e a Juventude Libertária, condenada pela C.N.T., Los Amigos de Durruti foram obrigados a suspender os combates. O C.P. imediatamente enviou uma coluna armada e começou a repressão, matando numerosos camaradas. O jornal “Los Amigos de Durruti” foi clandestino.

Quando a divisão comunista de Lister começou a destruição sistemática do coletivo de Aragão em 1937, os camaradas queriam organizar a resistência, mas foram impedidos por uma ordem precisa da C.N.T. O jornal “*Espagne Nouvelle*”, impresso clandestinamente na França porque era proibido na Espanha, diz: “Deveríamos ter defendido nossos conselhos com armas, apesar da atitude derrotista da CNT”. (29 de outubro de 1937)

Os camaradas do grupo Corale escrevem:

“Não é preciso dizer que em 1936 o anarcossindicalismo na Espanha se viu confrontado com o mesmo fenômeno que ocorreu na França em 1906: a integração do movimento por sua aceitação das reivindicações da sociedade burguesa. Quando necessário, a burguesia republicana aceita a coletivização da indústria pesada para controlá-la posteriormente como indústria de guerra; Na Catalunha, onde a jurisdição era diferente do resto da Espanha, a coletivização foi promulgada em outubro de 1936 para toda a indústria; Os coletivos foram tolerados apenas no setor de serviços e agricultura. Em vez de ter em mente as lições históricas do poder burguês de dupla face na Alemanha e da liga Espartaquista em 1919 e os Makhnovistas e comunistas na Ucrânia em 1919, eles esmagaram os revolucionários, eliminando assim as conquistas dos trabalhadores: os anarcossindicalistas, com as massas à sua disposição, assumiram o poder político por si mesmos”. (“Corale”)

Não há muitas análises disso. Às vezes, questões específicas são abordadas (por exemplo, o problema militar) e outras são esquecidas. Frequentemente é elaborado um balanço patrimonial resumido e os fenômenos positivos são revelados, enquanto, talvez por amor ao país, os negativos sejam mantidos em silêncio. Acharmos que está na hora, limitando-nos ao problema do sindicalismo, para colocar em relevo alguns dos aspectos negativos da estrutura.

“O fascismo no sentido amplo da palavra motim consiste nos símbolos ou tipos de regime que definimos como tal ... é a autoridade em todas as suas várias formas e manifestações que dá origem ao fascismo.

Construímos um exército idêntico ao do Estado e aos órgãos clássicos da repressão. Como antes, a polícia está agindo contra os trabalhadores que estão tentando fazer algo socialmente útil. As milícias do povo desapareceram. Em uma palavra: a Revolução Social foi estrangulada”. (Colonna di ferro, in *“Linea de Fuego”*).

As condições para a derrota militar estavam agora firmemente estabelecidas. A isto se acrescenta a derrota da moral e dos princípios, essencialmente a derrota de um corpo estranho na forma de uma mentalidade dirigente que se infiltrou na organização sindicalista anarquista, graças à composição particular dessas organizações.

Sindicalismo e a fase pré-revolucionária

Tudo o que dissemos até agora sobre o problema do sindicalismo se torna particularmente importante na fase pré-revolucionária, quando as condições para uma transformação radical estão maduras, as massas se deparam com problemas muito complexos, e as organizações tradicionais dos trabalhadores são chamadas a responder ao momento histórico.

Aqui o discurso poderia ser estendido às organizações especificamente políticas, como os partidos, que apresentam problemas semelhantes, mas preferimos nos preocupar apenas com organizações sindicalistas por uma questão de simplicidade.

A revolução russa se desenvolveu com base nos Soviets. Não há nada a ver com sindicalismo na ideia dessas estruturas básicas.

“A ideia do soviet é uma expressão exata do que entendemos por revolução social; isso corresponde à parte construtiva do socialismo. A ideia da ditadura do proletariado é de origem burguesa e não tem nada a ver com socialismo”. (Rocker)

O processo degenerativo pelo qual eles passaram é muito conhecido para exigir menção aqui. O importante é que o papel das massas foi decisivo e o das organizações sindicalistas não estava no mesmo nível. Pode-se argumentar que isso ocorreu devido a um desenvolvimento inadequado do instrumento ou a condições econômicas inadequadas, mas isso não resolve o problema. As massas estavam prontas para a revolução e as consequentes necessidades. O que as organizações de trabalhadores (em primeiro lugar as partes) fizeram foi acompanhar a evolução das situações. O discurso de Lenin em sua chegada a São Petersburgo é um exemplo claro dessa “vivacidade”.

“Não houve uma revolução na Hungria no verdadeiro sentido da palavra. O Estado caiu nas mãos do proletariado no espaço de uma noite, por assim dizer”. (Varga)

Isso explica por que a Hungria dos conselhos viu a propriedade privada passar diretamente dos capitalistas para as mãos do Estado sem nenhuma tentativa de autogestão dos trabalhadores. Varga continua: *“É suficiente dar aos trabalhadores a impressão de que eles têm produção à sua disposição e estão no controle dela; na verdade, isso significa pouco, porque somos nós que temos controle central e os retornos líquidos são determinados pelos preços políticos”*.

Se a revolução foi estrangulada na Rússia, na Hungria (dos conselhos), nunca ocorreu.

Foi diferente na Alemanha. Os marinheiros se rebelaram diante da perspectiva de outro massacre fútil no movimento de 1918. Eles desembarcaram em Hamburgo, agitando a bandeira vermelha. Milhões de trabalhadores unidos a eles e em poucos dias a Alemanha inteira era uma rede de conselhos de trabalhadores e camponeses. Os partidos e sindicatos tentaram atacar esse movimento espontâneo e isso explica por que não avançou. Exausto pela luta contra a contrarrevolução, o proletariado teve que se render, determinando assim o fracasso da própria revolução. Fenômenos semelhantes ocorreram na Itália e na Espanha e onde quer que a tensão entre os líderes e a massa revolucionária tenha se desenvolvido em nome da clarividência reformista.

O que consideramos fundamental na fase pré-revolucionária é a organização da base dos trabalhadores, independentemente de qualquer tipo de estrutura política ou sindicalista. O primeiro transferia interesses de classe precisos para um nível tão amplo que o anulava completamente; o segundo os amarraria a uma reivindicação progressiva de melhores condições que impediriam a possibilidade de uma visão radical da revolução, ou, pelo menos, seriam incapazes de colocá-la em prática.

Devemos entender que o movimento trabalhista, em sua forma tradicional, é um movimento de trabalhadores e de seus líderes, cujo único interesse é se inserir na lógica do capital para sair o melhor possível. Está na hora de pararmos de criar ilusões sobre esse assunto. A fase pré-revolucionária gera situações específicas que implicam maturação subjetiva e objetiva, mas que não podem evitar o que é o caso: o movimento sindicalista não é um movimento revolucionário. Quando os instrumentos desse movimento são usados (ou reivindicados como usados) em um sentido revolucionário, isso significa violação de uma minoria. Os resultados geralmente são piores do que o mal que eles exorcizam.

A atmosfera dos sindicatos é permeada por um espírito de colaboração de classe, uma visão corporativa da economia que une a burguesia e o proletariado com a intenção de garantir o máximo bem-estar para os trabalhadores.

O capitalismo passou por crises de produção no passado, amadureceu na escola democrática moderna, tornou-se ágil e dono de si próprio e é animado por um forte espírito de transformação e inovação. É incapaz de conceber lixo nacionalista e afins, estando no curso de subir para exigências internacionais através do abandono da antiga classe empresarial. O capitalismo à moda antiga deu lugar a uma nova versão gerencial. Está perfeitamente ciente de que seu melhor amigo e aliado é o sindicato. Substituindo o mito do empresário pelo do tecnocrata, a grande familiaridade que existe entre o líder sindical e o gerente da fábrica; seus objetivos comuns, a direção paralela de seus esforços e a semelhança de sua educação se tornam evidentes. O antigo representante do sindicato, com as mãos calejadas que ele era capaz de apertar violentamente contra o chefe, foi substituído pelo intelectual que passou pela universidade com as mãos limpas e um colarinho branco. Ele pode conhecer o outro intelectual, que passou pela mesma universidade – e tomou o lugar do chefe da fábrica, em igualdade de condições. Se o capitalismo está escapando das mãos dos velhos leões, o sindicalismo está livre dos antigos líderes sindicais há algum tempo. Ele atendeu aos requisitos do futuro de forma inteligente e anterior ao esperado. Acreditamos firmemente que, mesmo no momento em que o antigo representante sindical assustou o chefe com sua ousadia, as sementes da situação atual já existiam, assim como as sementes da evolução administrativa do capitalismo existiam no antigo capitalismo empreendedor. A degeneração no corpo social nunca é um evento “novo”, como o anarquismo sempre ensinou, mas é sempre uma evolução, uma modificação da situação que já existia. E é a maneira como os meios são usados que condicionam os fins alcançados. Aqui, novamente, o uso de meios como reivindicar melhores condições ou tentativas de uma minoria de construir uma estrutura monolítica como a que ela se opõe contribuíram para a incapacidade atual de ver claramente os objetivos do proletariado.

Certamente, o leitor poderia objetar facilmente que essa não é a perspectiva do anarcossindicalismo. Mas uma coisa é falar sobre a morte, outra é morrer. Uma coisa é construir belas fantasias sociais, outra é entrar em contato com a realidade. Uma coisa é querer salvar os princípios anarquistas, mesmo dentro da organização sindicalista, outra tentar fazê-los entrar nas afirmações parciais às quais o sindicalismo, consciente ou inconscientemente, está vinculado, pela força. E não faz sentido insistir em ação direta aqui, quando uma organização de luta realmente se constrói sobre ação direta, ou não é uma organização sindicalista (na falta de estrutura baseada em território, representação, assistência e ideologia típica da organização sindicalista, o que reduziria a questão à semântica), ou é simplesmente uma farsa da ação direta, isto é, ações que aparentemente usam métodos típicos da ação direta, mas que não contêm o elemento básico de autonomia da base.

Vamos dar um exemplo radical, o da sabotagem. O trabalhador ataca a estrutura da exploração com as ferramentas de seu trabalho (ou seja, sua própria força de resistência), destruindo tanto a ideologia do trabalho (fruto dos servos do regime) quanto a produção da classe que o oprime. Imaginemos que esse método de luta seja aplicado na ferrovia, por exemplo. Podemos prever duas possibilidades:

1. A associação, secretamente usando meios que não possui no momento, mas que poderia desenvolver para esse fim, dá a ordem de sabotar todas as locomotivas na posse das ferrovias. Por sua vez, os trabalhadores, obedecendo às diretrizes sindicais, colocam em uso todas ou algumas das locomotivas em questão. Dessa forma, uma forte pressão sindical é exercida sobre a contraparte (neste caso, o Estado, mas o argumento não mudaria muito se fosse levado ao setor privado, que aceita as demandas feitas).
2. Os trabalhadores organizam na base discutindo, mesmo em grupos isolados, a possibilidade de luta contra a exploração capitalista e a colaboração sindical. Eles decidem sabotar (ainda no caso das ferrovias) algumas das locomotivas, mesmo em uma única área. Os demais trabalhadores (daí a hipótese da ação se espalhar para outros setores) percebem a validade de tais ações e, garantindo-se uma ação clandestina ou qualquer outro instrumento que possam decidir de acordo com o local e as necessidades do momento, estendem sua iniciativa. Podem ser feitas proposições à contraparte, mas não necessariamente.

O primeiro caso não é ação direta. O uso da sabotagem é efetivado pela organização sindical na decisão dos líderes em vista de uma reivindicação. Na prática, o uso de um instrumento desse tipo pode se tornar provável no caso de uma evolução revolucionária dos sindicatos, mas sempre uma evolução no

sentido autoritário. Na melhor das hipóteses, o resultado seria uma tentativa Blanquista de revolução com todas as consequências que se seguiriam. Mesmo que os sindicalistas libertários realizassem tal ação, os anarcossindicalistas capazes de silenciar qualquer tendência ao autoritarismo determinada pela estrutura da organização, a tensão revolucionária seria algo que estava sendo imposto à massa. Qualquer decisão de agir, dadas as condições objetivas, não encontraria terreno fértil para se desenvolver. Por uma questão de argumento, tomemos o caso de um fenômeno verdadeiramente único, como encontrar líderes sindicalistas com uma franqueza mental tão desapaixonada e fé anarquista comprovada que não sintam apego particular a suas próprias tarefas e posição, a separação entre esses “anjos” e as massas trabalhadoras, às vezes incapazes de entender até a mensagem de um anjo, se tornaria evidente.

Este seria um caso de ação direta. Se o anjo anarco-sindicalista realmente é assim, ele abandonará imediatamente sua própria posição para se juntar aos outros na tarefa concreta e específica que começou em um lugar e poderia se espalhar para outros. É claro que o trabalhador pode nunca encontrar a solução para o problema da organização direta da luta por conta própria e, no caso específico, ele pode não encontrar a solução “moral” (não o técnico, porque ele sabe que é muito melhor do que todos os sindicalistas e revolucionários juntos) de sabotar uma locomotiva, e é nesse sentido que o trabalho do revolucionário permanece e é justificável. Mas o trabalhador certamente nunca precisará de alguém para organizá-lo em sindicatos, partidos, seitas ou qualquer outra coisa do gênero para conseguir sua libertação.

Os eventos sempre mostraram como os trabalhadores precisam dessas análises, pois muitas vezes desejam esclarecimentos sobre os objetivos a serem alcançados e os meios para se defenderem contra os chefes e seus “conselheiros”. E, sem saber para onde se virar, muitas vezes procuram um líder ou partido para aconselhamento e orientação, quando não o retorno ao poder do antigo sistema de exploração em si. O escravo que viveu toda a sua vida acorrentado pode muito bem acreditar que o fez por causa deles, e não a despeito deles, e atacar quem tentar quebrá-las. Mas isso faz parte do trabalho indispensável que precisa ser feito agora. Não é um obstáculo intransponível que leva à inevitabilidade de direção e comando.

Na fase pré-revolucionária, deve ser reconhecido pelos trabalhadores que o sindicato é um colaborador dos empregadores, um intermediário que garante obter certos direitos limitados, mas também luta para continuar as condições que permitem essa luta. No caso contrário, seria uma questão de intermediário que luta por sua própria eliminação.

Organizações sindicalistas após a revolução

A prova definitiva das limitações da organização sindicalista e de seu perigo essencial pode ser vista nos efeitos de sua presença na fase imediatamente pós-revolucionária. Se o evento revolucionário é dirigido por um partido ou realizado pela ação militar de uma minoria capaz de atrair a massa, mas que sufoca toda a sua atividade espontânea, a ação da organização sindicalista nada mais é do que entregar tudo nas mãos do partido revolucionário, entregando assim os trabalhadores à classe exploradora.

Se a revolução é eminentemente um evento burocrático, uma crise do Estado como na Hungria dos conselhos, as organizações sindicalistas tornam-se o Estado em primeira pessoa. Eles garantem a passagem segura da produção para as mãos do Estado, tendo o cuidado de amortecer qualquer tentativa espontânea e original da massa em direção à sua libertação final.

Se os trabalhadores tomam a iniciativa espontaneamente, como fizeram na Rússia, Alemanha e Itália, e formam suas próprias organizações de base – seus conselhos – e declaram guerra às estruturas de exploração, os órgãos sindicalistas passam para o lado do Estado e tentam negociar (causando o menor dano possível) a passagem para a fase subsequente de normalização e centralização. Na fase de centralização como a que ocorreu na Rússia no momento da estreia Stalinista, os sindicatos perderam terreno diante do partido.

Alguns dirão; mas estes são sindicatos comunistas e social-democratas, não anarquistas; seria impossível para os camaradas anarquistas se comportarem dessa maneira, e nós concordamos. Não é possível ... mas acontece. É impossível para os camaradas anarquistas ingressarem no governo, para os anarcossindicalistas proporem tornar-se parte do governo, mas isso acontece. É impossível que jornais anarquistas sejam proibidos por organizações anarquistas, mas acontece. Não é o anarquismo que faz os homens, mas os homens que fazem o anarquismo.

No caso das organizações anarcossindicalistas, o mais lógico seria que elas se dissolvessem para evitar cair numa lógica sindicalista estreita e, se isso acontecesse, nossa análise seria inútil.

Mas é possível que isso aconteça antes da revolução, não apenas depois dela. Por outro lado, se eles continuarem a coisa mais lógica para eles, será agir como todas as organizações sindicalistas deste mundo, e os camaradas anarquistas que permanecerem neles serão forçados a dar saltos ideológicos mortais para tentar reunir o diabo e os santos.

Certamente não é possível prever em que estado a economia estará após a revolução. Eventos de imensa importância entram em vigor no momento da crise decisiva. Eventos de menor importância, mas, ainda assim, determinantes, permanecem dentro de todo o sistema, impossibilitando quaisquer tentativas analíticas que não sejam de grande aproximação. Não é possível elaborar um programa detalhado, mas algumas coisas podem ser vistas claramente. A presença do controle do Estado é negativa. Não pode evitar determinar as condições sociais porque configura a economia de maneira planejada. A economia pós-revolucionária, por outro lado, deve ser uma economia natural em que a produção e a distribuição sejam asseguradas por meio de acordos horizontais entre produtores que também são consumidores.

É fácil ver como os órgãos sindicalistas poderiam desempenhar um papel muito sério assim que a fase produtiva de uma economia pós-revolucionária estiver em ação. Eles poderiam continuar sendo intermediários com poder centralizado; e onde isso não existe, eles poderiam inventá-lo para continuar desenvolvendo sua função eterna de transmissão. O papel objetivamente contrarrevolucionário que eles exercem sob um regime de economia capitalista evoluiria para um papel contrarrevolucionário ativo em um regime comunista.

Alguns camaradas chegam à conclusão de que o órgão ou sindicato sindicalista deve ser considerado um “serviço público”. Na verdade, apenas uma pequena parte do proletariado se torna consciente do ciclo “produzir, consumir, ser alienado” imposto pelo capitalismo, mas essa pequena parte é recuperada pelo capitalismo (com a ajuda dos sindicatos). Isso foi reconsiderado por certos jovens, desistentes, comunas, etc., além de vários outros estratos.

“Não podemos destruir o sindicato, mas não queremos trabalhar nele. Em vez de tentar transformar uma organização que nunca (ou quase nunca) foi revolucionária, em uma que seja, só podemos esperar que os explorados trabalhem para ‘desorganizar’ os sindicatos e, então, tentar criar um instrumento adequado para a tarefa da revolução”. (“Corale”)

Conclusão

Não concordamos completamente com os camaradas de Corale. Um projeto para desorganizar os sindicatos exigiria uma lógica destrutiva incompatível com a perspectiva de interesses e necessidades menores deste último. Seria dispersivo colocar energia (que não possuímos) nessa perspectiva, e não a maneira correta de encarar o problema da organização dos trabalhadores. Resultados mais rápidos e melhores seriam obtidos ao fazer uma crítica radical aos sindicatos e estendê-la igualmente ao revolucionário e ao anarcossindicalismo. Os trabalhadores ficarão mais conscientes das limitações do sindicato se forem apresentados a uma possível alternativa: deixar esse serviço público em seu próprio destino e se preparar para criar pequenas organizações autônomas de base dedicadas à luta radical contra as atuais estruturas de produção.

Esses grupos devem assumir a forma de núcleos de produção. Não há alternativa para isso. O trabalhador faz parte das máquinas e da fábrica. A exploração capitalista continua a condená-lo brutalmente à quase total alienação de sua personalidade, ainda hoje na era da tecnologia avançada. Uma vez fora da fábrica, o trabalhador é um homem pobre e cansado, que só pode ir para a cama, fazer amor e adormecer. Seu potencial de luta é drenado dele. Arrastá-lo para “ninhadas” revolucionárias seria um erro psicológico e tático. Somente uma pequena minoria altamente sensibilizada é capaz de fazer isso, e sempre com grandes limitações. É por isso que quaisquer organizações, mesmo as chamadas anarquistas, que partem de um ponto fixo para determinar uma linha de ação, têm todas as suas cartas preparadas para uma rápida degeneração. Dado que o verdadeiro local da revolução é a fábrica, a terra, a escola, o bairro residencial etc., as condições gerais e particulares de exploração devem ser identificadas nesses níveis de experiência. Tudo isso requer análises periódicas das relações relativas às áreas de convivência, entre diferentes regiões, dentro de áreas inteiras (o Estado) ou entre diferentes Estados, além de muitos outros problemas. Mas isso por si só não levará os trabalhadores a criar formas alternativas de organização.

O trabalhador não deve reconhecer que essa é uma necessidade “revolucionária”, mas que é natural, ligada à sua própria possibilidade de sobrevivência, obrigando-o a trabalhar mais e até sofrer um pouco mais para melhorar mais tarde, não apenas a si mesmo, mas a todos os demais. O discurso revolucionário quase nunca toca diretamente o trabalhador. É por isso que os sindicatos são tão bem-sucedidos; eles alcançam o trabalhador em seus interesses imediatos e, sobretudo, no que mais lhe interessa, seu trabalho. O trabalhador está apegado à dimensão sindical não tanto porque lhe dá uma certa segurança dentro da fábrica, mas porque seu sindicato reúne todos os trabalhadores de seu setor, pessoas com problemas semelhantes aos seus, com os quais ele pode conversar com competência e entre os quais ele pode se sentir competente. Isso não é mesquinha corporativa, mas uma consequência direta da divisão do trabalho que não pode ser abolida em um dia. Tirá-lo de seu ambiente e forçá-lo a ouvir argumentos vagos que duram horas e horas com pessoas que usam uma linguagem incompreensível, quase inevitavelmente acaba fazendo com que ele recuse qualquer abertura para o que é novo e diferente e prefere o barulho de a oficina ou o alvoroço das crianças em casa.

O trabalhador deve viver a revolução através da realidade da economia. A diferença entre uma organização sindical-reformista ou sindicalista e grupos autônomos no nível da base só pode ser entendida no nível concreto das relações econômicas, não através do filtro de uma interpretação ideológica. Nesse sentido, existe um elemento de garantia na sugestão acima, de que se deve trabalhar para separar o trabalhador de seu sindicato, ou desorganizá-lo, mas fazê-lo ver os limites de todas as associações sindicais e sua essência como um serviço público.

A situação econômica poderia ser organizada sem que nenhuma estrutura opressora a controlasse ou a dirigisse, nem decidisse quais os objetivos a serem alcançados. Isso o trabalhador entende muito bem. Ele sabe exatamente como a fábrica está estruturada e que essa barreira superada, ele seria capaz de trabalhar a economia em seu próprio interesse. Ele sabe perfeitamente bem que o colapso desse obstáculo significaria a transformação de relacionamentos dentro e fora da fábrica, da escola, da terra e de toda a sociedade. Para o trabalhador, o conceito de gestão proletária é acima de tudo o de gestão da produção. A administração capitalista ou estatal, pelo contrário, significa a exploração da produção em nome de outra pessoa, em nome de pequenos grupos de capitalistas, burocratas do partido ou gerentes. Portanto, é o controle sobre o produto que falta nessa perspectiva e, com ele, decisões sobre linhas de produção, escolhas a serem feitas etc. A distribuição também está ligada à produção. O trabalhador sabe que seria possível estabelecer uma relação simples entre a contribuição pessoal de

alguém para a produção e o produto obtido, estabelecer acordos entre setores correlacionando as oficinas que produzem as mesmas coisas. Ele também sabe que esse relacionamento poderia lhe dar o direito à distribuição dos produtos obtidos. Esse raciocínio é tecnicamente complexo, mas é vivo na imaginação dos trabalhadores. O que é necessário é explicar a ele como esse mecanismo pode ser produzido em uma economia comunista, como ele pode possuir tantos produtos quanto as suas necessidades “reais” e como ele pode participar da produção “útil” de acordo com seu próprio potencial.

Nesta perspectiva, a questão de uma forma alternativa de organização para a estrutura sindical-reformista ou sindicalista se torna bastante simples. De fato, é impossível conceber um programa de luta direta em termos de contato entre a oficina e os diversos setores, incluindo a conquista de informações técnicas e o intercâmbio e aprimoramento dessas informações, exceto de dentro de uma dimensão de trabalhadores organizados autonomamente na base. Filtrar tudo isso através do sindicato, por mais puro que tenha se tornado, resultaria na base recebendo informações deformadas bastante inadequadas aos objetivos a serem alcançados.

A principal necessidade hoje é a luta direta organizada pela base; pequenos grupos de trabalhadores que atacam os centros de produção. Isso seria um exercício de coesão para novos desenvolvimentos na luta que poderia ocorrer após a obtenção de informações cada vez mais detalhadas e a decisão de passar à expropriação filial do capital, ou seja, à revolução. Seria o trabalhador quem estabeleceria os termos da relação entre trabalho e produto. Feito isso, ele não teria outra solução senão ignorar qualquer tipo de organização que afirma poder capitalista ou qualquer outro tipo de poder e prosseguir para a construção de núcleos de produção, possivelmente fazendo-os durar por todo o período da luta, até a eliminação final de exploração.

Para simplificar, dado que a relação entre produtor e produto é a base do projeto revolucionário, fica claro que isso deve ser igualitário (para cada um de acordo com suas necessidades, de cada um de acordo com suas capacidades), gerenciado pela base, e ser simples e elementar (abolição do mecanismo de mercado que não apenas aumenta artificialmente as necessidades, mas também o aspecto financeiro da produção).

Lutar por uma organização autônoma de luta significa lutar pela organização autônoma da produção ao mesmo tempo. Não é possível fazer uma diferença quantitativa. De certa forma, mesmo uma distinção nas fases do tempo é impossível. Quando os trabalhadores organizam seus próprios núcleos de produção autônomos, eles tomam caminhos bastante diferentes dos da organização sindicalista ou do partido. Ao fazê-lo, eles já deram um passo decisivo no sentido de gerenciar não apenas a luta no sentido da escolha dos instrumentos a serem utilizados, mas também na escolha dos objetivos a serem alcançados, e não apenas os objetivos da luta, mas também os da produção.

Durante o evento revolucionário, a presença de uma organização ou partido sindicalista forte no sentido tradicional tem a consequência imediata de o proletariado ser declarado imaturo e a conclusão de que alguém – sindicalista ou líder de partido – deve decidir por eles. Uma estrutura para intervenção é imposta na base. As reuniões sindicalistas ou partidárias são sempre lideradas pelos mesmos burocratas e especialistas. Tudo acaba passando pela cabeça dos trabalhadores. Qualquer camarada anarquista que eventualmente se oponha a isso deve se lembrar do que aconteceu na Espanha no momento da decisão de entrar no governo ou da luta pelos coletivos. Os principais elementos operativos dos núcleos da base devem, portanto, ser:

1. A luta. É aqui que o espírito de classe nasce e se desenvolve. Aqui também são esclarecidas as reais intenções dos partidos e sindicatos. São desenvolvidos métodos de ação direta: sabotagem, absentismo, tentativas de autogestão da destruição do trabalho, etc.
2. Organização. Isso cresce a partir da necessidade de confronto e verificação. Difere bastante de acordo com o tempo e o local, mas é substancialmente unificado com base em interesses comuns no processo de produção. Os núcleos crescem, cada um com uma base social, econômica e política diferente, mas todos dentro dos limites circunscritos à realidade da produção. Essa é a essência da organização que dá a possibilidade de uma referência constante a algo unitário.
3. Informação. Isso deve ser obtido através de uma reversão gradual das relações de produção, modificações na divisão do trabalho e sabotagem da produção, com análises de efeitos e limites.

A obtenção de informações torna-se, assim, o despertar de uma consciência política dentro da dimensão concreta da economia e da produção.

Mas esses problemas vão além da nossa tarefa aqui e exigem uma análise muito mais profunda. É para isso que recomendamos que leiam.

Biblioteca Anarquista



Alfredo Maria Bonanno
Uma Crítica dos Métodos Sindicalistas
1998

lib.anarhija.net

Titulo Original: A Critique of Syndicalist Methods. Tradução e Revisão por André Tunes @*Nucleo de Estudos Autonomo Anarco Comunista*. Ela não possui direitos autorais, pode e deve ser reproduzida no todo ou em parte, além de ser liberada a sua distribuição, preservando seu conteúdo e o nome do autor.

bibliotecaanarquista.org